



**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS**

**Escola COMVIDA:
Gestão que compartilha
Educação que qualifica
Cidade que educa**



2015

EQUIPE TÉCNICA

ASSESSORIA DE CIÊNCIAS: Professora Fabiane Dionello Branco

ASSESSORIA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Professora Vivian Joseane Monteiro

ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Professora Leontine Lima dos Santos

ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Professora Maria do Carmo Pinto Arana de Aguiar

ASSESSORIA ÉTNICO-RACIAL: Professora Ingrid Oliveira Santos Costa

ASSESSORIA DE ENSINO DA ARTE: Professor Carlos Valério Correa Magalhães

ASSESSORIA DE ENSINO RELIGIOSO: Professora Ingrid Oliveira Santos Costa

ASSESSORIA DE GEOGRAFIA: Professora Simone dos Santos Souza

ASSESSORIA DE HISTÓRIA: Professora Marta Leivas

ASSESSORIA DE LÍNGUAS: Professora Joelma Madruga Furtado

ASSESSORIA DE MATEMÁTICA: Professora Leila de Souza Mello

PLANO DE ESTUDOS ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Este documento busca apresentar o Plano de Estudos do Ensino Fundamental – Anos Finais da Rede Pública Municipal do Rio Grande.

(Re)construindo o caminho...

No ano de 2014, assessores do Núcleo do Ensino Fundamental – Anos Finais, da Secretaria de Município da Educação, visitaram as vinte e nove escolas municipais que possuem Anos Finais, com o objetivo de discutir, individualmente, com os(as) professores(as) o texto prévio, do Plano de Estudos, referente a cada uma das áreas de ensino. Depois destes encontros individuais, numa ação conjunta reuniram-se os(as) assessores(as) da SMEd e os(as) professores(as) da Rede para, de uma forma coletiva, discutir e aprovar o texto final do já referido Plano.

É importante frisar, que este Plano contém uma sugestão curricular que os/as professores(as) irão adaptar as especificidades de cada comunidade, assim como, ao Projeto Político Pedagógico de cada uma das escolas, construindo assim, uma proposta pedagógica que leva em consideração esses conteúdos e princípios norteadores, mas também adequando-os ao contexto em que cada escola está inserida.

Assinala-se ainda, que este Plano tem por objetivo criar uma base comum a todas as escolas municipais e nortear a prática pedagógica dos professores do Ensino Fundamental – Anos Finais, das escolas municipais de Rio Grande/RS.

Pensando e (re)pensando...

Este pensar e (re)pensar se fez importante, na medida em que, é nesse período da educação básica que ocorre a passagem dos anos iniciais para os anos finais, o que não é somente uma mudança estrutural dentro da escola é também uma mudança de postura dos estudantes. Eles saem de um ciclo em que possuem um professor referência, onde as disciplinas e a avaliação são pensadas de uma maneira globalizada e passam para uma outra dinâmica de organização do trabalho pedagógico, com uma rotina por vezes bastante diferenciada daquela em que estavam acostumados desde sua entrada na vida escolar.

Além disso, existem as mudanças biológicas pelas quais os estudantes estão passando justamente nesta fase dos estudos. Os jovens, geralmente, procuram autonomia, passam a modificar os seus interesses, se inserem de forma mais efetiva no mundo tecnológico, começam a amadurecer, querem e buscam um espaço para serem ouvidos. Isso deve ser levado em conta pela escola e serve como um desafio para os(as) professores(as). Por isso, é necessário rever os tempos e espaços da escola, a fim de aproximar os conteúdos a serem desenvolvidos com os interesses e o novo perfil deste estudante, buscando promover um processo mais efetivo de aprendizagem.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade serve de aliada, pois pode propiciar um trabalho articulado entre os conteúdos, pois na sua gênese, ela já pressupõe que tudo esteja interconectado. Dessa forma, torna-se fundamental oportunizar aos estudantes um processo de aprendizagem baseado na construção de conhecimentos significativos, onde possam se evidenciar estas conexões. Essa aposta na interdisciplinaridade é importante na medida em que proporciona aos estudantes “...compreender a necessidade de colaborar, de trabalhar em equipe com outras pessoas, de entender as necessidades de outros povos, de manter um compromisso e um trabalho em favor da sustentabilidade do planeta”(SANTOMÉ,2013,p.21). Busca-se assim o surgimento de uma nova geração formada por cidadãos mais conscientes, que percebam as interdependências e que assumam as suas obrigações, direitos e responsabilidades com seus semelhantes (SANTOMÉ,2013,p.21).

No entanto, para que isso ocorra é necessário que todos percebam a importância do trabalho cooperativo e integrado e isso passa pelo cotidiano da ação docente. A ideia de um professor solitário, planejando e decidindo sozinho o caminho a seguir, não se adequa mais a esse pensamento. É necessário, se criar dispositivos para uma *autoformação cooperativa* que consiga romper com a cultura do isolamento e autossuficiência que ainda existem nos ambientes escolares (PACHECO,2011,p.10).

É preciso criar espaços onde se possa debater e organizar o processo educativo na escola; ler, discutir e estudar temas relevantes para o desenvolvimento do trabalho; elaborar projetos; discutir caminhos a serem seguidos, mas também espaços em que os professores tenham voz “...desenvolvendo processos reflexivos e indagativos sobre os aspectos educativos, éticos, relacionais, colegiais ou colaborativos, atitudinais, emocionais, etc., que vão além dos aspectos puramente disciplinares, uniformizantes, técnicos e supostamente ‘objetivo’” (IMBERNÓN,2009,p.110).

Enfim, é imprescindível que todos possam trabalhar de uma forma cooperativa e colaborativa para combater a cultura do isolamento, assim sendo, transformamos a ideia de que tudo se direciona a “eles” e aos “outros” e percebemos que a ideia preponderante é a do “**NÓS**”.

Coordenação do Núcleo do Ensino Fundamental – Anos Finais
Secretaria de Município da Educação/SMEd

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IMBERNÓN, Francisco. *Formação permanente do professorado: novas tendências*. São Paulo: Cortez, 2009. p.110.

PACHECO, José. *Escola da Ponte: formação e transformação da educação*. Petrópolis: Vozes, 2011. p.10.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Trabalho cooperativo e coordenado. **PÁTIO ENSINO MÉDIO**, Porto Alegre, ano 5, n.16, mar./mai. 2013, p.19-21.

CIÊNCIAS

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Hoje em dia discute-se a reformulação do ensino, no que diz respeito às práticas pedagógicas, seleção, organização e abordagem dos conteúdos, a postura dos(as) professores(as) perante à escola e aos estudantes, mas que rumo queremos dar, especialmente, ao ensino de ciências?

Muitas são as iniciativas governamentais na tentativa desses ajustes, em 1997, o MEC elaborou um plano de ação, os Parâmetros Curriculares Nacionais, que tem como propósito apontar metas de qualidade que ajudem o(a) estudante a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.

Para isso, todos(as) profissionais da educação são responsáveis em rever as possibilidades de transformação da mesma e de sua ruptura com práticas educativas desgastadas e não atraentes aos(às) nossos(as) estudantes. E, como, professores(as) e gestores(as) poderiam agir para modificar essa realidade?

Nossos(as) estudantes precisam de motivação para se desacomodarem e partirem em busca de conhecimentos a serem empregados em seu dia-a-dia. Além disso, espera-se que, de posse destes conhecimentos adquiridos na escola, possam solucionar situações cotidianas.

Germano e Kulesza (2006, p. 20) acreditam que popularizar é muito mais do que vulgarizar ou divulgar a ciência. É colocá-la no campo da participação popular e sob o crivo do diálogo com os movimentos sociais. É convertê-la ao serviço e às causas das maiorias e minorias oprimidas numa ação cultural que, referenciada na dimensão reflexiva da comunicação e no diálogo entre diferentes, oriente suas ações respeitando a vida cotidiana e o universo simbólico do outro.

A ciência deve ser desmistificada e popularizada, onde todos tenham acesso, nos mais variados graus. Isto tudo pode ser feito sem mudar os conceitos existentes, mas utilizando uma forma mais ampla de ensino, onde todos(as) possam discutir e participar do processo de aprendizagem, fazendo isto se pode chegar ao objetivo inicial de tornar o estudante participativo, reflexivo e conhecedor de seus direitos e deveres.

Acreditamos que o ensino de ciências, assim como as demais áreas do conhecimento, deva ser valorizado desde a Educação Infantil, pois propicia que as crianças comecem desde cedo a se apropriar de uma linguagem científica e a construir conhecimentos que possibilitem a elas entender o mundo que as cerca, interajam nas situações do cotidiano e tornem os conhecimentos que já possuem, provenientes de suas experiências, mais complexos. Assim, desde cedo, a alfabetização científica e tecnológica começa a fazer parte de sua rotina.

O ensino de Ciências, portanto, deve ser conduzido de forma a desenvolver algumas capacidades, para que *“o/a aluno/a adquira conhecimentos científicos e desenvolva capacidades de análise, interpretação, reflexão, comunicação e tomada de decisão, essenciais para o exercício de práticas responsáveis no meio social”* (VIECHENESKI; CARLETTO, 2013). Tais capacidades podem envolver a observação de ambientes, de seres vivos, de experimentos; o levantamento de hipóteses para responder a questionamentos e desafios que se coloca para/pela turma.

Portanto, se realmente queremos formar estudantes críticos, engajados na sociedade em que vivem, precisamos superar a linearidade e segmentação dos conteúdos, bem como atender as necessidades da comunidade em que o(a) estudante está inserido(a) e a contribuição desses(as) para suas comunidades. A escolha dos conteúdos a serem trabalhados, portanto, deve levar em conta não, predominantemente, a natureza conceitual dos conteúdos, mas sim a natureza procedimental e atitudinal destes.

OBJETIVOS

O ensino de ciências no Ensino Fundamental deverá ser organizado de forma que ao concluir essa etapa do ensino os(as) estudantes sejam capazes de:

- compreender a natureza como um todo dinâmico e o ser humano, em sociedade, como agente de transformações do mundo em que vive, em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;
- compreender a Ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;
- identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica, e compreender a tecnologia

como meio para suprir as necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;

-compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes;

-formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das ciências naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;

-utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

-combinar leituras, observações, experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;

-valorizar o trabalho em grupo, possibilitando a ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento.

(FONTE: Parâmetros Curriculares Nacionais)

Obs: Na seleção dos conteúdos foram observados alguns critérios, a saber:

-eleger conteúdos relevantes para o dia a dia do(a) estudante;

-possibilitar a relação com os eventos da vida;

-inserir conhecimentos no contexto social;

-permitir uma sequência lógica dos conteúdos;

-possibilitar a utilização de artefatos culturais e de recursos tecnológicos (TV, vídeo, DVD, rádio, calculadora, computador, jornal, revista, gibis, etc.);

-apresentar o contexto histórico que motivou a seleção do conteúdo;

-levar em conta a possibilidade de que os conteúdos abordados venham a formar uma rede de significados;

-contribuir para o desenvolvimento intelectual, cultural e atitudinal do(a) estudante;

-envolver explicações, formas de raciocínio, linguagens, valores, sentimentos, interesses, procedimentos e condutas;

-possibilitar visão sistêmica (interdisciplinar ou transdisciplinar).

(Assessoria de Ciências/SMEd)

CURRÍCULO MÍNIMO:

<p style="text-align: center;">6º ANO TEMA: Ecossistemas aquáticos da nossa região</p>	<p>Objetivos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none">*Caracterizar um ecossistema, com seus fatores bióticos e abióticos.*Conhecer a diversidade de ambientes encontrados na nossa região, localizando-os em mapa e/ou imagem de satélite: Praia do Cassino, Estuário da Lagoa dos Patos, Estação Ecológica do Taim, Lagoas, Arroios. <p>*PRAIA DO CASSINO:</p> <ul style="list-style-type: none">-conhecer a dinâmica e a importância desse ecossistema;-características de praias arenosas;-diversidade de seres vivos, enfocando o seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente (ex: adaptações a profundidades – pressão da água);-classificar os seres vivos conforme sua distribuição no meio aquático (plânctons, néctons e bentos), caracterizando-os;-discutir as algas do plâncton como as principais produtoras de matéria do planeta, relacionando com a fotossíntese, produção de matéria orgânica e de alimento;-discutir causas e efeitos da poluição (lixo, esgoto...) e interferência humana (urbanização e turismo...) neste ambiente. <p>ESTUÁRIO DA LAGOA DOS PATOS:</p> <ul style="list-style-type: none">-conhecer a dinâmica e a importância deste ecossistema;-o que é um estuário;-dinâmica do estuário da Lagoa dos Patos;-marismas;-diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente (ex: densidade e flutuação relacionadas à flutuação dos seres vivos, plânctons, peixes ósseos e cartilagosos...);-consumo de água potável: captação e tratamento da água, consumo responsável, escassez e ciclo da água;-doenças causadas pelo consumo de água contaminada;-discutir causas e efeitos da poluição (lixo, esgoto doméstico e industrial, agrotóxicos...) e interferência humana (pesca predatória...) neste ambiente;-o porto de Rio Grande: aspectos biológicos, históricos, sociais e econômicos da dragagem; efeitos ecológicos das águas de lastro trazidas nos navios. <p>ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM:</p> <ul style="list-style-type: none">-caracterização de banhados;-diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e
----------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>com o meio em que vive, bem como adaptações ao ambiente (densidade e flutuação dos seres vivos, plânctons, peixes ósseos e cartilagosos...);</p> <ul style="list-style-type: none"> -importância da reserva ecológica; -discutir causas e efeitos de poluição e interferência humana neste ambiente: plantações de arroz, pastagens, estrada... <p>LAGOAS (do Peixe, Verde, Porto do Rei, Mirim, dos Patos e Mangueira):</p> <ul style="list-style-type: none"> -caracterização dos ambientes, destacando sua importância; -diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vive, bem como adaptações ao ambiente (densidade e flutuação relacionados á flutuação dos seres vivos, plânctons, peixes ósseos e cartilagosos...); <p>ARROIOS DA REGIÃO (Bolaxa, Martim, Vieira, das cabeças... com ênfase naqueles próximos á escola):</p> <ul style="list-style-type: none"> -caracterização de ambiente de arroio; -diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente densidade e flutuação relacionados a flutuação dos seres vivos, plânctons, peixes ósseos e cartilagosos. -discutir causas e efeitos da poluição e interferência humana neste ambiente.
<p style="text-align: center;">7º ANO TEMA: Ecossistemas terrestres</p>	<p>Objetivos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Conhecer os principais ecossistemas terrestres da nossa região e do Brasil, identificando a diversidade de seres terrestres, tipos de solo e demais fatores abióticos de cada ambiente. Alguns ecossistemas: Estação Ecológica do Taim. *Conhecer as relações de interdependência dos seres vivos entre si e com os componentes abióticos do meio. *Construir e explorar um exemplo de ecossistema terrestre (terrário) com alguns exemplares de seres vivos. <p>Unidades de estudo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.Ecossistemas terrestres: caracterizar um ecossistema, com seus fatores bióticos e abióticos; conhecer a diversidade de ambientes encontrados na nossa região e no Brasil, localizando-os em mapa e/ou imagem de satélite: <ul style="list-style-type: none"> -Campos sulinos/pampa gaúcho -Mata dos Pinhais (Mata das Araucárias) -Mata Atlântica -Floresta Amazônica -Pantanal -Caatinga -Cerrado 2.Campos sulinos: conhecer a dinâmica e a importância deste ecossistema da nossa região.

	<p>-Características do pampa gaúcho;</p> <p>-diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente;</p> <p>-tipos de solo e adaptações dos diferentes seres vivos ao solo; erosão, manejo do solo, práticas agrícolas;</p> <p>-discutir causas e efeitos de poluição (lixo, esgoto, agrotóxicos...) e interferência humana (urbanização, agricultura, pecuária, plantação de Pinus para extração de madeira...) neste ambiente.</p> <p>3.Mata dos Pinhais (Mata das Araucárias): conhecer a dinâmica e a importância deste ecossistema da nossa região.</p> <p>-Características da Mata dos Pinhais.</p> <p>-Diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente.</p> <p>-Discutir causas e efeitos da interferência humana neste ambiente.</p> <p>4.Mata Atlântica:</p> <p>-caracterização da Mata Atlântica;</p> <p>-diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente;</p> <p>-importância da Mata Atlântica;</p> <p>-discutir causas e efeitos de poluição e interferência humana neste ambiente.</p> <p>5. Floresta Amazônica:</p> <p>-caracterização dos ambientes, destacando sua importância;</p> <p>-diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente;</p> <p>-conceito e importância de biodiversidade;</p> <p>-discutir causas e efeitos de poluição e interferência humana nestes ambientes (desmatamento, biopirataria...).</p> <p>6.Pantanal:</p> <p>-caracterização do Pantanal;</p> <p>-diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente;</p> <p>-discutir causas e efeitos de poluição e interferência humana</p>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>neste ambiente.</p> <p>7.Cerrado: -caracterização de cerrado; -diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente; -discutir causas e efeitos de poluição e interferência humana neste ambiente.</p> <p>8.Caatinga: -caracterização da caatinga; -diversidade de seres vivos, enfocando seu modo de vida, forma do corpo, alimentação, meio de locomoção, reprodução, relações com outros seres vivos (cadeias e teias alimentares) e com o meio em que vivem, bem como adaptações ao ambiente; -discutir causas e efeitos de poluição e interferência humana neste ambiente.</p> <p>9. Restinga Litorânea.</p>
<p>8º ANO TEMA: Corpos Biossociais</p>	<p>OBJETIVOS:</p> <p>*Discutir os corpos para além das células, dos tecidos, órgãos e sistemas.</p> <p>*Abordar os corpos como constructos biossociais, ou seja, entendidos como construções processadas nas relações entre o que denominamos organismo biológico e as práticas sociais em que estamos imersos desde que nascemos.</p> <p>*Discutir que os corpos são produzidos na interação entre a biologia e os marcadores socioculturais.</p> <p>*Abordar os sistemas dos corpos de forma integrada, incorporando outros significados, além dos biológicos, que estão presentes nas diversas instâncias sociais – mídias, escola, família, instituição religiosa... – e que atuam na produção desses corpos, marcando-os e posicionando-os nos diversos contextos sociais.</p> <p>*Problematizar que as modificações que vão acontecendo nos corpos dos estudantes, desde o momento da fecundação até a morte, são realizadas através de inúmeros processos biológicos que integram os sistemas dos corpos com os processos culturais.</p> <p>*Debater que os sujeitos vão sendo produzidos através de marcas que são inscritas antes mesmo do nascimento como, por exemplo, através do nome que recebem, das escolhas que são realizadas para eles/as, como o tipo e a cor das roupas que devem usar, para que time irão torcer, que brinquedos irão ter, que atividades farão, entre outras características aprendidas no convívio com as pessoas de suas famílias e seus/suas conhecidos/as.</p> <p>*Discutir com os estudantes que crescemos devido a vários</p>

	<p>fatores: hormonais, genéticos, nutricionais, ambientais e culturais. Assim, os corpos de meninos e meninas vão sofrendo alterações ao longo da vida, as quais são de ordem biológica e cultural.</p> <p>*Entender que os sistemas que compõem os corpos não são estanques e modelizados e sim atuam através de mecanismos de integração.</p> <p>*Apresentar os sistemas – digestório, nervoso, respiratório, cardiovascular, urinário, hormonal, imunológico, genital – articulados as situações cotidianas pelas quais passamos.</p> <p>*Incorporar no estudo dos corpos a diversidade cultural, as questões de gênero, crenças, raças, etnias, classes sociais, sexualidades, consumo e ambiente, entre outras, buscando compartilhar saberes e (re)construir significados.</p> <p>*Reconhecer a homeostase corporal.</p> <p>*Apresentar hábitos de vida saudável e as relações interpessoais para a melhoria da qualidade de vida.</p> <p>*Identificar as condições para a promoção da saúde: atitudes, comportamentos e cuidados individuais e coletivos.</p> <p>*Compreender os fatores sócio ambientais que influenciam na qualidade de vida dos seres e ambientes.</p> <p>*Valorizar a saúde plena através dos hábitos saudáveis de alimentação, dos cuidados ambientais e dos tempos para lazer/repouso.</p> <p>*Reconhecer a saúde como bem-estar físico, psíquico e social do indivíduo, e não apenas como ausência de doenças.</p>
<p>9º ANO</p>	<p>Objetivo geral: compreender os fenômenos químicos e físicos, relacionando-os com os corpos biossociais e suas utilidades práticas.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>MATÉRIA E MATERIAIS</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -relacionar a condutividade elétrica das soluções com a presença de íons no sistema; -entender o princípio de funcionamento de uma pilha; -identificar algumas propriedades dos materiais que nos cercam; -diferenciar mistura de substância; -utilizar métodos adequados para a separação de mistura; -reconhecer que os materiais que conhecemos são misturas de substâncias; -identificar partículas subatômicas; -construir um modelo para o átomo; -descrever o modelo como prótons, nêutrons e elétrons se distribuem no átomo segundo o modelo planetário; -diferenciar átomos de diferentes elementos; -relacionar a posição do elemento na tabela periódica com o comportamento químico do mesmo; -reconhecer os efeitos dos elementos radioativos para os seres

vivos e o meio ambiente.

ENERGIA:

- conceituar estímulos, receptores, efetadores e comportamento;
- identificar os órgãos (cérebro, cerebelo e bulbo) que formam o sistema nervoso;
- entender as funções do cérebro, cerebelo e bulbo, após análise de situações que as exemplifiquem;
- identificar os estímulos que produzem os movimentos;
- comparar o conjunto lupa e anteparo com o cristalino e a retina;
- descrever a função da retina e compara-la ao filme usado para tirar fotografias;
- conceituar ano- luz;
- identificar corpos iluminados e luminosos;
- determinar que somente podemos captar a imagem das coisas quando ocorrer reflexão da luz;
- definir reflexão especular e difusa;
- determinar as características da imagem formada por um espelho plano;
- entender como os nossos olhos focalizam as imagens;
- entender a função pupila e da retina;
- relacionar a retenção da imagem na retina com o cinema;
- conceituar refração;
- determinar as características da imagem formada por uma lente convergente;
- entender o porquê das imagens dos objetos, na retina, ser menor que os mesmos e invertida;
- identificar os diferentes tipos de lentes;
- conhecer os problemas de visão mais comuns (miopia, hipermetropia e astigmatismo) e os meios de corrigi-los;
- entender como são produzidos os sons;
- definir onda e seus principais elementos;
- classificar o som como uma onda;
- relacionar a amplitude da onda sonora com a intensidade do som;
- relacionar a frequência da onda sonora com a altura;
- identificar os órgãos responsáveis pela audição;
- conhecer a função do pavilhão auditivo, da membrana timpânica, dos ossículos e da tuba auditiva;
- discutir os cuidados de higiene que devemos ter com os ouvidos para uma audição perfeita.

ELETRICIDADE E MAGNETISMO

Objetivos específicos:

- discutir eletromagnetismo e sua importância na nossa vida;
- confeccionar, com matérias de baixo custo, experimentos de eletricidade, como suporte de pilhas, de lâmpadas e fios com garra de jacaré;
- explicar o funcionamento de um circuito elétrico simples

	<p>constituído por pilhas, fios e lâmpadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> -classificar os materiais como condutores e isolantes; -verificar a condução da corrente elétrica nos líquidos; -discutir os cuidados que devemos ter no manuseio de equipamentos elétricos; -diferenciar as características fundamentais das ligações de lâmpada em serie e paralela; -debater sobre procedimentos adequados que devemos ter, visando o consumo racional de consumo elétrica; -classificar matérias como magnético e não magnéticos; -verificar mediante a utilização de um ímã em barra a existência de polos magnéticos da terra; -identificar os polos norte e sul de um ímã em barra; -descrever como funciona e para que serve uma bússola; -verificar que uma corrente elétrica cria um campo magnético; -verificar que um prego pode ser imantado quando colocado no interior de uma bobina, por onde passa uma corrente elétrica; -construir um motor elétrico simples -entender o princípio de funcionamento de uma hidrelétrica; -reconhecer os princípios básicos envolvidos no funcionamento da televisão (transmissor e receptor).
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. 1ª a 4ª Séries. Temas Transversais. 5ª a 8ª Séries. Brasília, 1997/ 1998.
- GERMANO, Marcelo G., KULESZA, Wojciech A. Popularização da Ciência: Uma Revisão Conceitual. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 24, n. 1: p. 7-25, abril 2007. Disponível em <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0210_santos.pdf>. Acesso em maio de 2014.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Didática**: o ensino e suas relações. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.
- VIECHENESKI, Juliana Pinto; CARLETTO, Marcia Regina. **Ensino de Ciências e Alfabetização Científica nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: um olhar sobre as escolas públicas de Carambeí. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0741-1.pdf>>. Acesso em maio de 2014.

HISTÓRIA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

No século XIX, a história passou a ser incluída nos programas escolares brasileiros como uma disciplina, sendo o estudo baseado na história da Europa Ocidental, que era considerada a história da civilização. Neste contexto, a história do Brasil era apenas um apêndice da história europeia (FONSECA, 1993).

O ensino da história consistia basicamente no estudo de datas e fatos considerados importantes, biografias de generais, presidentes, reis e “homens ilustres”. Acreditava-se na rigidez das fontes históricas, portanto, os historiadores, coletavam os documentos, verificavam sua autenticidade e sintetizavam-nos, sem preocupação com a interpretação. Nessa concepção, os fatos históricos eram extraídos de documentos (leis, decretos, tratados, diários oficiais, entre outros), produzidos pelos governos. Todos os documentos eram escritos e oficiais, por isso, acreditava-se que correspondiam à realidade (verdade histórica). Essa construção abria caminho para uma história baseada na ação individual de grandes homens, reis, presidentes, generais, vistos muitas vezes como “heróis” (BERUTTI, 2009). Dessa forma, os estudantes aprenderiam nos bancos escolares a verdadeira história da humanidade, única e imutável.

Aliado a isso, estavam ainda às ideias de eurocentrismo, etnocentrismo, linearidade temporal e evolução, que norteavam o ensino de história. A organização dos conteúdos se dava a partir de fatos políticos considerados importantes e por isso demarcavam a periodização (ZAMBONI, 1998). Essa noção de tempo linear, contínuo e homogêneo baseava-se na ideia de tempo newtoniana, vinculada à noção de tempo cronológico, entendido como *tempo contínuo dos presentes encadeados* (PELBART, 2000, p. 89).

Logicamente foram vários os (des)caminhos que o ensino de história percorreu no Brasil desde o século XIX, quando passou a fazer parte do *hall* de disciplinas escolares. No entanto, questões relativas a história oficial, ao ensino baseado nos fatos e as concepções de tempo continuam permeando os debates dos pesquisadores e professores(as) de história.

Hoje o que se procura é romper com o estudo enciclopedista e factual, em contrapartida se pensa em estimular a construção do conhecimento pelos estudantes em

sala de aula. Nesse sentido, o(a) professor(a) ajuda o(a) estudante a montar sua *caixa de ferramentas* de trabalho necessária para “*aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico*” (SCHMIDT,2009,p.34), ou seja, “*ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica*” (SCHMIDT, 2009,p.34).

Portanto, ensinar história esta diretamente associado à ideia de ajudar o(a) estudante a construir o conhecimento histórico. Por isso, é fundamental que o ponto de partida, para se estudar os conteúdos, seja a experiência do(a) estudante, só assim ele poderá se perceber como sujeito da história e da produção do conhecimento histórico (SCHMIDT, 2009).

Como assinalam Schmidt e Cainelli (2009), esse trabalho com a produção do conhecimento histórico em sala de aula se daria em dois caminhos, o primeiro seria em relação aos conteúdos, que precisariam ser desenvolvidos tendo como ponto de partida a sua relação com as experiências dos estudantes e “*com suas representações já construídas*” e o segundo caminho seria a necessidade de se construir em sala de aula um ambiente propício ao compartilhamento de saberes (SCHMIDT,2009), que é fundamental, pois a aprendizagem também se dá no coletivo.

O ensino de história está entremeado, ainda, com as noções de temporalidade, entendemos, por exemplo, que o tempo presente é o tempo da narrativa histórica (WHITE, 2001), assim sendo, para entender um problema que ocorre no presente é necessário voltar-se para o passado. Dessa forma, o tempo presente passa a ser o ponto de partida para se iniciar a discussão sobre um determinado assunto.

Assim, ganha forma a imagem de um tempo descontínuo, que rompe com a ideia de homogeneidade, progresso, evolução, linearidade e continuidade (GUERREIRO,2000). O tempo passa a ser visto não mais como uma linha do tempo, mas sim como um emaranhado, um tempo rizomático (DELEUZE; GUATTARI, 1995), múltiplo e descentralizado. O rizoma remete a ideia de dispersão, mas também de multiplicidade de conexões, onde um ponto pode (re)conectar-se a qualquer outro ponto (RAGO, 2003). Nessa perspectiva, entendemos que a história educa para a descontinuidade, dando assim visibilidade para as multitemporalidades, aos acasos e aos conflitos (WHITE, 2001).

Entendemos, portanto, que não existe um acontecimento que demarca o início e final de cada um dos períodos ou idades, o que existem são multitemporalidades que se

entremeiam. Por exemplo, “*sociedades que vivem no contexto da alta tecnologia do século XXI e outras que, apesar de estarem no mesmo tempo cronológico, possuem características de sociedades primitivas*” (BERUTTI; MARQUES, 2009, p.90), não existe uma superioridade, mas sim, uma diferença, “*em espaços geográficos, às vezes uniformes, entrelaçam-se diferentes temporalidades históricas*” (BERUTTI; MARQUES, 2009, p.90).

Por isso, é importante instigar nos estudantes o interesse por estudar outros povos, para que entendam as diferenças e aprendam a contextualizar determinadas situações, por fim, que desenvolvam a alteridade, isto é, conheçam, compreendam e aprendam com a diferença, respeitando o outro na sua diferença. Somente dessa forma, se conseguirá despertar o interesse pelo outro e se deixará de lado o discurso histórico que favorece a *história dos vencedores*.

Sabemos que na prática são muitos os desafios enfrentados cotidianamente, cada professor(a) terá de encontrar soluções próprias, levando em conta as especificidades da sua realidade. Apontamos alguns caminhos, fornecemos algumas tintas, aqui ficam abertas novas possibilidades para se trabalhar o ensino de história.

(Assessoria de História/SMEd)

OBJETIVOS

- *Situat acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos.
- *Compreender as múltiplas temporalidades que podem coexistir nas sociedades.
- *Reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar.
- *Compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas.
- *Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e discontinuidades, conflitos e contradições sociais.
- *Entender os procedimentos de pesquisa e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais.

*Valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades.

*Valorizar o patrimônio ambiental – social – cultural e respeitar a diversidade.

(FONTE: Parâmetros Curriculares Nacionais)

CURRÍCULO MÍNIMO

Ano	Conteúdos
6º ano	<ul style="list-style-type: none">*Introdução ao estudo da História.*Da origem do ser humano à invenção da escrita.*A Mesopotâmia.*O Egito antigo.*África antiga.*Antiguidade greco-romana.
7º ano	<ul style="list-style-type: none">*Europa medieval.*Renascimento, reforma e contrarreforma.*Antigo regime europeu.*África no período medieval.*As grandes navegações.*A conquista da América e o confronto cultural.*América colonial.*Os indígenas: diferentes povos e culturas.*Brasil colonial.*Os negros no Brasil colonial.
8º ano	<ul style="list-style-type: none">*Iluminismo.*Independência das Treze Colônias.*Revolução Francesa.*Revolução Industrial.*Independência da América espanhola e independência do Brasil.*Brasil império.*Brasil: primeira república.
9º ano	<ul style="list-style-type: none">*Primeira guerra mundial.*Revolução russa.*Crise do capitalismo.*Segunda guerra mundial.*A Era Vargas.*Guerra fria.*África e Ásia: fim dos impérios coloniais.*Ditadura e democracia no Brasil.*Colapso do Socialismo.*A nova ordem mundial.*O Brasil na nova ordem mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Teses sobre a filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (org.). *Walter Benjamin*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 161. (Grandes Cientistas Sociais, 50). (Cf. tese XIV).
- BERUTTI, Flávio e MARQUES, Adhemar. *Ensinar e aprender história*. Belo Horizonte: RHJ, 2009. p. 37.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v.1. Rio de Janeiro: ed. 34, 1995. 96p.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papirus, 1993. p. 49.
- GUERREIRO, António. A época e as suas fantasmagorias. In: GUERREIRO, António. *O acento agudo do presente*. Lisboa: Cotovia, 2000.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- PELBART, Peter Pál. O tempo não-reconciliado. In: ALLIEZ, Éric (org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed. 34, 2000. p.89.
- RAGO, Margareth. O historiador e o tempo. In: DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi e ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Quanto tempo o tempo tem! Campinas: Alínea, 2003*.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. *Ensinar história*. 2ed. São Paulo: Scipione, 2009.p.34.
- WHITE, Hayden. “O Fardo da História.” In: _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2001, p.59 (Col. Ensaios de cultura, n.6).
- ZAMBONI, Ernesta. Orientações metodológicas presentes no currículo e na docência do ensino de História do Brasil. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.4, n.1, p.9-11, jan./dez.1998.

GEOGRAFIA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

De acordo, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Geografia tem um tratamento específico como área, uma vez que oferece instrumentos essenciais para a compreensão e intervenção na realidade social. Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com este lugar.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia propõe um trabalho pedagógico que visa à ampliação das capacidades dos estudantes do ensino fundamental de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

A Geografia torna o mundo mais compreensível para os estudantes, abrange temas referentes ao espaço geográfico, bem como sociais e econômicos, e também proporciona a inserção de temas transversais considerados importantes na conquista da cidadania. Visa ainda, à ampliação das capacidades dos estudantes de observar, conhecer, explicar, comparar e representar as características do lugar em que vivem e de diferentes paisagens e espaços geográficos.

É importante assinalar que a concepção de Geografia passou por diferentes momentos, gerando reflexões dos objetos e métodos do fazer geográfico. No Brasil, as primeiras tendências nasceram a partir da década de 40, quando a disciplina passou a ser ensinada com forte influência da escola francesa de Vidal de La Blache, que era marcada pela explicação objetiva e quantitativa da realidade, tinha como meta abordar as relações do homem com a natureza. Essa tendência foi chamada de Geografia Tradicional, que estudava a relação homem-natureza sem priorizar as relações sociais.

No pós-guerra com o desenvolvimento do capitalismo, com a urbanização e as mudanças no espaço agrário, às realidades locais passaram a estar articuladas em uma rede de escala mundial. Assim, essas teorias tornaram-se insuficientes para explicar essa nova realidade. A partir dos anos 60, sob influência das teorias marxistas, surge uma

tendência crítica à Geografia Tradicional, cujo centro de preocupações passa a ser as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção do espaço geográfico.

Entre os anos 1980 e 1990, o pensamento geográfico marxista recebeu muitas críticas que surgiram de reflexões sobre os regimes Socialistas e a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989. Dessa forma, as análises fundamentadas no materialismo histórico evoluíram e possibilitaram uma visão mais aberta, dinâmica e flexível das realidades sociais. No interior dessa tendência, podem ser mencionados os trabalhos de Harvey (1993) e Soja (1993), entre outros.

Nas palavras de Mello (1990, p. 92),

“Com base na experiência vivida, a Geografia humanista objetiva interpretar o sentimento e o entendimento dos seres humanos a respeito do lugar [...] centraliza no homem, enquanto ser pensante, cuja importância vital, visando a compreender e a interpretar os seus sentimentos e entendimentos do espaço e, até mesmo, como a simbologia e o significado dos lugares podem afetar a organização escolar.”

Nessa linha, Frémont (1997), ao defender a ideia de que o trabalho pedagógico deve estar relacionado ao espaço vivido, sugere que a realidade do estudante seja a referência para a compreensão do espaço em suas diferentes escalas. A partir disso, o(a) professor(a) de Geografia poderá oportunizar aos estudantes a compreensão, de forma mais ampla, da realidade social, além de possibilitar a constituição de cidadãos mais críticos que tenham consciência dos seus direitos e deveres na sociedade.

OBJETIVOS

*Compreender a importância da pesquisa para a construção do conhecimento e para o empoderamento dos sujeitos no seu processo de aprendizagem.

*Estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e da natureza por meio do estudo do lugar, do território, a partir de sua paisagem, trabalhando diferentes noções espaciais e temporais, bem como os fenômenos naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica

de sua constituição, identificando e relacionando aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação.

*A análise da paisagem deve focar as dinâmicas de suas transformações e não simplesmente a descrição e o estudo de um mundo aparentemente estático. Isso requer a compreensão da dinâmica entre os processos sociais, físicos e biológicos inseridos em contextos particulares ou gerais.

(Assessoria de Geografia/SMEd)

CURRÍCULO MÍNIMO

Ano	Conteúdos
6º ano	O espaço do homem – lugar, espaço geográfico, atividades econômicas. Universo – Sistema Solar. Meios de orientação – pontos de orientação, coordenadas geográficas, latitude, longitude, hemisférios, fusos horários. Mapas: os diferentes tipos de mapas. Terra – nosso planeta, formação, estrutura, camadas internas, transformações da crosta, relevo e sua dinâmica. Zonas climáticas. Os oceanos e rios.
7º ano	<u>BRASIL</u> Brasil – localização mundial e na América Latina. Brasil: características gerais do clima, relevo, vegetação hidrografia e meio ambiente. Brasil: características gerais: a formação étnico - cultural da população, a população brasileira, a economia brasileira. Brasil – divisão regional - regiões do IBGE e regiões geoeconômicas.
8º ano	A regionalização do espaço mundial. Os continentes, a divisão Norte/Sul, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, desigualdades sociais e Capitalismo x Socialismo. <u>O ESTUDO DOS CONTINENTES: AMÉRICA E ANTÁRTIDA:</u> <u>Características Gerais</u> 1- A divisão com continente americano por critérios físicos e socioeconômicos. 2- A população da América: o processo histórico, a formação étnico-cultural, a distribuição e os aspectos gerais da população. 3- A economia da América: recursos minerais, agricultura e indústria. 4- As relações econômicas entre os países.
9º ano	A Nova Ordem Mundial. Globalização e o cenário Mundial do século XXI. Blocos econômicos. <u>O ESTUDO DOS CONTINENTES:</u> EUROPA, ÁSIA, ÁFRICA, OCEANIA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALLAI, Helena Copetti. Formação do Professor de Geografia. In: Pontuschka, Nidia Nacib; Oliveira, Arioaldo Umbelino de. *Geografia em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2002 p.255-259.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia e Prática de Ensino*. Goiânia: Alternativa, 2002 p.101-120.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LIBANEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002. p.53-77.

SOUZA, Álvaro José. Formação do Professor de Geografia. In: Pontuschka, Nidia Nacib; Oliveira, Arioaldo Umbelino de. *Geografia em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2002 p.262.

OLIVEIRA, César Alvarez campos de. *Formação do Professor de Geografia*. In: Pontuschka, Nidia Nacib; Oliveira, Arioaldo Umbelino de. *Geografia em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 2002 p.279.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Geografia: Ensino de quinta a oitava séries. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/SEF, 1998.

VESENTINI, José Willian. Formação do Professor de Geografia. In: PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Geografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2002 p.235-240.

MATEMÁTICA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A Matemática, como área de estudo, comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências, que despertam a curiosidade e instigam a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. É, portanto, um importante componente curricular da cidadania. A sua aplicabilidade possibilita o senso crítico e a autonomia, pois desempenha, equilibrada e indissociavelmente, seu papel na formação de capacidades intelectuais; na estruturação do pensamento; na rapidez do raciocínio dedutivo do educando; na sua aplicação a problemas, situações de vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho; e no apoio a construção de conhecimentos em outras áreas curriculares.

Há alguns anos as pesquisas têm apontado que os estudantes demonstram um baixo rendimento em Matemática, principalmente nos Anos Finais, e este é um grande desafio aos Educadores. Pensando nessas demandas, buscamos uma metodologia que proporcione a vivência, reflexão e resoluções de problemas, dialogando com as outras disciplinas (interdisciplinaridade). Também propomos a reconstrução de conceitos, através de atividades práticas e de uso de material concreto e, sempre que possível, a utilização de jogos e atividades lúdicas, além do uso de diversos gêneros textuais e auxílio de livros paradidáticos procurando ao longo do processo de aprendizagem, manter uma escuta sensível, a fim de perceber o que os estudantes já sabem e o que ainda precisam saber. Assim o(a) professor(a) repensa sua prática e assume-se como protagonista deste processo.

Neste sentido, Delia Lerner e Patricia Sadovsky, com a colaboração de Susana Wolman, apoiadas em Guy Brosseau, G. Sastre, M. Moreno e Anne Sinclair, que estudam a representação numérica de uma perspectiva psicogenética, realizam um estudo que permite descobrir quais aspectos do sistema de numeração que as crianças consideram relevantes ou de seu interesse, quais as ideias que elaboram acerca dos números, quais os problemas que formulam, quais as soluções que constroem, quais os conflitos que podem gerar-se entre suas próprias conceitualizações ou entre estas e determinadas características do objeto que estão tentando compreender.

Nesta perspectiva da psicogênese, o erro é considerado como uma hipótese incompleta ou equivocada, que indica ao(a) professor(a) o caminho a seguir, como deve ser seu planejamento, a fim de que os estudantes possam aprender cada vez mais.

Na concepção sociocultural do desenvolvimento, não se pode considerar a criança como ser isolado de seu meio, não se pode analisar o desenvolvimento da criança, nem avaliar suas aptidões, nem sua educação, se omitirmos seus vínculos sociais. O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) ilustra precisamente esse ponto de vista. Numa visão dialética das relações entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky assinala que este último seria mais produtivo se a criança fosse submetida a novas aprendizagens, precisamente na ZDP. Nesta zona, e em colaboração com o adulto, a criança poderia adquirir com maior facilidade o que seria incapaz de conseguir ao limitar-se a suas próprias forças.

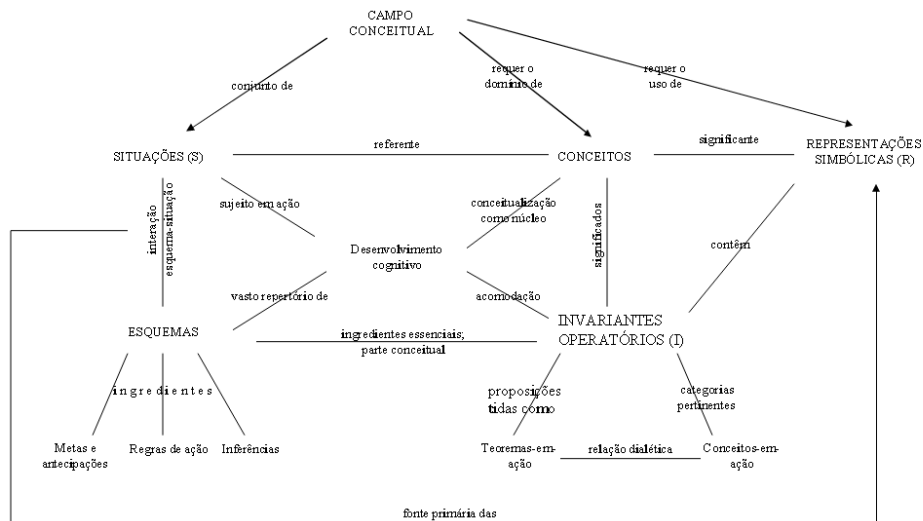
Ubiratan D'Ambrósio (2012) indica que é necessário fazer os(as) estudantes perceberem que a Matemática está presente no seu cotidiano. A Etnomatemática, a Matemática Realista e a Modelagem Matemática, têm por objetivo – ao menos em parte – ligar a Matemática que se estuda nas salas de aula com a Matemática do cotidiano, da vida, portanto diminui-se a distância entre teoria e prática. Os estudantes precisam entender e saber para que estudam conceitos, resolvem problemas, aplicam fórmulas, assim como devem perceber e ser capazes de resolver os problemas matemáticas que surgem no seu dia-a-dia. Ou seja, aproximar a matemática vivida no seu cotidiano, fora da escola, com a matemática conceitual, aprendida na escola.

“(...) o grande desafio está em tomar decisões sobre situações imprevistas e inesperadas, que hoje são cada vez mais frequentes. A tomada de decisões exige criatividade e ética. A matemática é um instrumento importantíssimo para a tomada de decisões, pois apela para a criatividade.”¹

Gérard Vergnaud reforça D'Ambrósio (2012), dizendo que “*um conceito só tem sentido em um determinado contexto*” e nos traz a teoria dos Campos Conceituais que permite localizar e estudar as filiações e as rupturas entre conhecimentos, desde o ponto de vista de seu conteúdo conceitual. Esta teoria permite igualmente analisar a relação

¹ D'AMBRÓSIO, Ubiratan. In: BICUDO, Maria Aparecida Viggiani e BORBA, Marcelo de Carvalho. *Educação matemática: pesquisa em movimento*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

entre conceitos na medida em que conhecimentos explícitos e os invariantes operatórios implícitos nas condutas do sujeito na situação: a teoria explicita também as relações entre significados e significantes. Um campo conceitual é, ao mesmo tempo, um conjunto de situações e um conjunto de conceitos. O mapa conceitual, abaixo, ilustra a Teoria dos Campos Conceituais:



OBJETIVOS

A vivência da matemática, ao longo do Ensino Fundamental, deve levar o(a) estudante a:

- *utilizar-se dos conhecimentos matemáticos como forma para compreender e interagir no meio em que vive e construir diferentes estratégias de raciocínio que estimulem o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e a capacidade para resolver problemas;
- *comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados, argumentar sobre suas conjecturas fazendo uso de diferentes linguagens;
- *desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções;
- *desenvolver o senso crítico na busca da autonomia;
- *resolver situações matemáticas sabendo validar e utilizar, no cotidiano, as diferentes áreas do conhecimento matemático, desenvolvendo formas de raciocínio lógico e processos de estruturação do pensamento;

- *interagir com os colegas de modo cooperativo, aprendendo a trabalhar em conjunto na busca de soluções, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;
- *formular estratégias de cálculo mental ou escrito, exato e aproximado;
- *relacionar elementos da matemática com atividades do cotidiano;
- *explorar, coletar, organizar e analisar informações; construir e interpretar tabelas e gráficos;
- *formular argumentos convincentes, tendo por base a análise de dados organizados em representações matemáticas diversas;
- *operar instrumentos tecnológicos como recurso para verificação de resultados, correção de erros e instrumento de autoavaliação.

(Assessoria de Matemática/SMEd)

CURRÍCULO MÍNIMO

Ano	Conteúdos
6º ano	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Princípios básicos da Geometria. ▶ Potenciação: <ul style="list-style-type: none"> • Associar a Potenciação a situações que representam multiplicações de fatores iguais; • Calcular a potência de um número Natural; • Empregar corretamente a terminologia base, expoente e potência; • Compreender as propriedades da potenciação e aplicá-las em cálculos simples; • Entender a definição para cada caso dos expoentes 1 e zero como resultados naturais que confirmam a aplicação das propriedades. ▶ Radiciação: <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer que os números quadrados perfeitos possuem raiz quadrada exata; • Determinar a raiz quadrada de números Naturais (quadrados perfeitos); • Associar a raiz quadrada ao lado de um quadrado, dada sua área. ▶ Decomposição em Fatores Primos e M.M.C.: <ul style="list-style-type: none"> • Definir e reconhecer números primos; • Decompor um número em fatores primos; • Determinar o mínimo múltiplo comum entre dois ou mais números, através da fatoração simultânea.

► **Números Fracionários:**

- Representar partes de um todo e certos resultados de medidas por meio de frações e vice-versa;
- Compreender que o traço da fração representa a operação de divisão;
- Ler e escrever frações, identificando e dando significado ao numerador e ao denominador;
- Conhecer contextos históricos ligados à criação das frações;
- Calcular uma fração de quantidade;
- Dada uma fração de quantidade, obter essa quantidade;
- Identificar e obter frações equivalentes a uma fração dada;
- Comparar frações;
- Simplificar frações até que fiquem irredutíveis;
- Reduzir frações ao seu menor denominador comum;
- Realizar as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e raiz quadrada de frações;
- Resolver expressões numéricas com frações;
- Resolver problemas envolvendo frações e suas operações;
- Identificar frações próprias, impróprias e aparentes;
- Localizar frações na reta numérica.

► **Números Mistos:**

- Definir e reconhecer um número misto;
- Representar um número misto por desenhos e vice-versa;
- Transformar um número misto em fração e vice-versa.

► **Números Decimais:**

- Identificar frações decimais;
- Transformar frações decimais em números decimais e vice-versa;
- Transformar frações não-decimais em frações decimais, sempre que for possível;
- Identificar números decimais;
- Identificar as partes inteira e decimal, nos números decimais;
- Ler números decimais;
- Comparar números decimais;
- Realizar as operações de adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação

	<p>e raiz quadrada de números decimais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Resolver expressões numéricas com números decimais; ● Resolver problemas envolvendo números decimais e suas operações; ● Localizar números racionais na reta numérica; <p>► Tratamento da Informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ler, interpretar e construir gráficos de barras simples e tabelas. <p>► Espaço e Forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar e reconhecer propriedades de figuras geométricas planas (quadriláteros, triângulo, pentágono, hexágono e outras); ● Calcular o perímetro e a área de figuras planas;
7º ano	<p>► Conjunto dos Números Inteiros - \mathbb{Z}:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Representação do conjunto dos números inteiros relativos; ● Subconjuntos; ● Reta numerada; ● Relação de ordem; ● Problemas em \mathbb{Z} (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); ● Propriedades estruturais das operações – verificação de existência; ● Expressões numéricas. <p>► Conjunto dos Números Racionais - \mathbb{Q}:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Representação do conjunto dos números racionais; ● Subconjuntos; ● Reta numerada; ● Relações; ● Problemas em \mathbb{Q} (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); ● Propriedades estruturais das operações – verificação de existência; ● Expressões numéricas. <p>► Equações do 1º Grau:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Sentenças abertas e fechadas; ● Equações equivalentes; ● Resolução – Conjunto Verdade; ● Problemas – uso de sentenças do 1º grau.

	<p>► Inequações do 1º Grau:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Resolução – Conjunto Verdade. <p>► Grandezas Proporcionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Razão e proporção; ● Números diretamente e inversamente proporcionais; ● Regra de três simples e composta; ● Problemas. <p>► Porcentagem e Juros Simples:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Resolução de problemas práticos; <p>► Geometria:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Ângulos – operações com medidas de ângulos: adição, subtração, multiplicação e divisão da medida de um ângulo por um número; ● Ângulos complementares e suplementares; ● Ângulos opostos pelo vértice – Ângulos formados por duas retas e uma transversal; ● Problemas envolvendo medidas de ângulos; ● Polígonos convexos; ● Triângulos – conceito, elementos, representação, classificação quanto aos lados e quanto aos ângulos, congruência, relação entre os elementos lados e ângulos, lei angular de Tales em relação aos ângulos internos e externos; ● Quadriláteros – conceito, elementos, representação, caracterização dos paralelogramos e do trapézio, lei angular de Tales em relação aos ângulos internos e externos.
8º ano	<p>► Conjunto dos Números Irracionais – \mathbb{I}:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceito de número irracional. <p>► Conjunto dos Números Reais - \mathbb{R}:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Representação do conjunto dos números reais; ● Subconjuntos – Intervalos; ● Relações. <p>► Expressões Algébricas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conceito; ● Termo de uma expressão algébrica; ● Valor numérico.

► **Monômios:**

- Conceito;
- Grau;
- Monômios semelhantes;
- Redução de termos semelhantes;
- Operações com monômios (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação);

► **Polinômios:**

- Definição;
- Grau;
- Operações com polinômios (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).

► **Produtos Notáveis:**

- Quadrado da soma de dois termos;
- Quadrado da diferença de dois termos;
- Produto da soma pela diferença.

► **Fatoração:**

- Fator comum e agrupamento;
- Diferença de dois quadrados;
- Trinômio quadrado perfeito.

► **Frações Algébricas:**

- Conceito;
- Simplificação;
- Redução ao mesmo denominador;
- Operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação.

► **Sistema de Equações do 1º Grau:**

- Método de resolução – substituição.

► **Geometria:**

- Circunferência e círculo: conceito, representação, elementos, relações entre os elementos, perímetro e área;
- Área de regiões poligonais: polígonos inscritos e circunscritos à circunferência;
- Posições relativas: de reta e circunferência, de duas circunferências;
- Ângulo central – propriedades;

	<ul style="list-style-type: none"> ● Ângulo inscrito – propriedades; ● Ângulos cujos vértices não pertencem à circunferência; ● Problemas.
9º ano	<p>► Radicais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Propriedades; ● Simplificação; ● Redução de radicais ao mesmo índice; ● Comparação; ● Radicais semelhantes; ● Operações com radicais: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação); ● Racionalização de denominadores. <p>► Equações do 2º Grau:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Resolução de equações completas e incompletas; ● Discussão das raízes – estudo do discriminante; ● Relação entre coeficientes e raízes; ● Equações sujeitas a uma condição dada; cálculo de parâmetros; ● Equações biquadradas; ● Equações irracionais; ● Sistemas de equações do 2º grau; ● Problemas – envolvendo sentenças do 2º grau. <p>► Segmentos Proporcionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Medidas de segmentos; ● Razão de segmentos; ● Teorema de Tales. <p>► Relações Métricas no Triângulo Retângulo</p> <p>► Razões Trigonométricas no Triângulo Retângulo</p> <p>► Área da Figuras Planas</p>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.
http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo_ID80/v7_n1_a2002.pdf, acessado em 12/03/2014.

VERGNAUD, Gérard. *La teoria de lós campos conceptuales. Recherches em Didáctique dès Mathématiques*. Vol 10, n.2 e 3, p.133-170, 1990.

MOREIRA, M. A. (org). *A teoria dos campos conceituais, o ensino de Ciências e a Investigação nesta área*. Porto Alegre: Instituto de Física da UFRGS.

BARRANTES, H. La teoria de lós campos conceptuales de Gérard Vergnaud. In: *Cuadernos de investigación y formación em educación Matemática*, 2006, Ano 1, n.2.

PRÄS, Alberto Ricardo. *Teorias de Aprendizagem*. <http://scriniaLibris.com>, acessado em 12/03/2014.

FAYOL, Michel. *Numeramento: aquisição das competências matemáticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani e BORBA, Marcelo de Carvalho. *Educação matemática: pesquisa em movimento*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PARRA, Cecilia; SAIZ, Irma Parra (entre outros). *Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Toda reflexão sobre a Língua Portuguesa, seja sobre seu ensino ou pesquisa em quaisquer de seus aspectos, conduz ao pleno domínio das habilidades linguísticas. A linguagem como atividade cognitiva e discursiva e o domínio da língua, como sistema simbólico utilizado por uma comunidade linguística são instrumentos indispensáveis de participação social integral.

É princípio importante na educação básica construir uma proposta que permita a todos ter acesso às culturas da leitura e da escrita, e é pressuposto essencial que o trabalho com a linguagem seja fundado nas atividades de leitura, escrita e oralidade. Porém, é da soma de muitos olhares que emergem caminhos e perspectivas que virão a constituir subsídios para a melhoria do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa - objetivo comum a todos(as) os(as) professores(as) e pesquisadores(as).

As aulas de Língua Portuguesa têm a especial responsabilidade de traduzir um trabalho sobre a linguagem, primeiro uma concepção interacionista e, derivadamente desta abordagem, um conjunto de conhecimentos e competências da língua que seja compatível com esta concepção, tendo como objetivo principal o uso da linguagem, pois é na vida social viabilizada por tal uso que o ser humano conhece a si mesmo, a sua cultura e o mundo em que vive.

Na visão de Marcuschi (2008), a concepção de linguagem que sustenta o currículo é aquela em que a sala de aula constitui um grande laboratório de investigação, onde conhecer não é um ato individual, mas uma ação cooperativa. Dessa forma, superando a pedagogia em que o(a) professor(a) se limita a transmitir ou repetir o já sabido, ele passa a apostar na construção coletiva do conhecimento.

As noções de língua, texto, gênero, compreensão e sentido situam-se nesta perspectiva da visão sociointeracionista da língua, que trata de reintroduzir nos estudos da linguagem o aspecto social (interacional) de pontos de vistas diversos, firmando a ideia de linguagem como atividade interativa.

Para Faraco (2006), o estudo da interação na linguagem contextualizada é essencial para entender a sua importância e não apenas o seu funcionamento. Também para Bakhtin (1979), a linguagem vista como processo de interação é possibilitada pelos

enunciados, logo, a língua aparece em contextos de enunciação definidos, remetendo, sempre, a contextos ideológicos, o que corrobora com o posicionamento de que nenhuma palavra é neutra, mas sempre carregada de sentido, tanto pelo locutor quanto pelo interlocutor, caracterizando-se enquanto “ponte”, para o autor, “*a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. [...] A língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida*” (BAKHTIN, 1979).

Então, o ato de fala ou, ainda, a enunciação em si, não pode ser encarada como individual, unicamente do ponto de vista da norma, mas ao contrário, “*a enunciação é de natureza social*” de relação dialógica e seu elemento principal é a interação verbal. Para Geraldi (1997), a “*linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico*” dos sujeitos é para os outros e com os outros que ela se constitui.

Portanto, a linguagem é vista como processo de interação, a língua é usada não apenas para a comunicação, mas também, para estabelecer a interação social. O indivíduo realiza ações, atua sobre o interlocutor. Para Travaglia (1996) “*a linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico*”. Logo, a língua não deixa de ser expressão e comunicação, mas, além disso, passa a ser uma atividade sociointerativa.

É importante salientar que trabalhar a Língua Portuguesa, a partir da concepção de Marcuschi, resulta em oportunizar, na sala de aula, um conjunto integrado de atividades de leitura e de produção de textos orais e escritos, sendo importante refletir sobre pelo menos quatro pontos centrais:

- a) reconhecer a linguagem como atividade social;
- b) analisar o texto como unidade de sentido ou unidade de interação;
- c) apropriar-se da compreensão como atividade de construção e de sentido na relação de um eu e um tu situados e mediados;
- d) perceber-se ou apropriar-se da noção de gênero textual como forma de ação social/e não como entidade linguística formalmente constituída.

Este alerta é fundamental, pois na visão de Faraco (2008) a linguagem é vista, pelos interacionistas, sobretudo como forma de ação, então, deve ser analisada como atividade e não apenas pela decodificação do código linguístico.

Em consonância com essas posições, este documento sugere mostrar que todo uso e funcionamento significativo da linguagem ocorre em textos e discursos

produzidos e recebidos em situações enunciativas ligadas a domínios discursivos da vida cotidiana e realizados em gêneros que circulam na sociedade.

Tendo em vista o interesse aplicativo e o potencial prático que estas análises comportam, esta proposta dar-se-á com atenção especial aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) nos momentos específicos de tratar a **língua**, o **texto**, os **gêneros** e a **compreensão textual**, dando ao estudante condições de ampliar o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania.

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o(a) estudante possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.

Assim organizado, o ensino de Língua Portuguesa pode constituir-se em fonte efetiva de autonomia para o sujeito, condição para a participação social responsável. Tenciona-se que as atividades propostas sejam organizadas segundo os interesses temáticos dos estudantes, partindo, então, de uma proposta pedagógica envolvendo um conjunto de atividades que visem tanto à reflexão sobre o funcionamento da linguagem, quanto ao desenvolvimento da escrita.

OBJETIVOS

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus estudantes o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

Desta forma, esta proposta indica como objetivos:

- Garantir oportunidades para que os(as) estudantes diversifiquem e aprofundem suas competências linguísticas e seus conhecimentos sobre linguagem e sobre cultura da escrita, de modo que seu processo de letramento avance, a fim de ampliar sua participação social.

- Engajar-se subjetivamente com outras formas de expressão e de ler o mundo, oportunizando uma vivência direta de textos que reserve aos estudantes um espaço de liberdade.
- Propor tarefas de produção de textos que visem a interlocuções efetivas e vinculem o trabalho sobre a forma dos textos a seus propósitos interacionais, procurando torná-los reconhecíveis e reconhecidos.
- Considerar e refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tangem à questão da variedade linguística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua,

(Assessoria de Línguas/SMEd)

CURRÍCULO MÍNIMO

Ano	Conteúdos / Objetivos
6º ano	<p>Leitura da série anterior</p> <ul style="list-style-type: none"> *Resgatar a leitura da série anterior; *Ler com fluência, dicção, ritmo e entonação; *Ler individualmente e coletivamente com desenvoltura; <p>Gêneros textuais envolvendo variedades linguísticas: história em quadrinhos, piada, texto narrativo, descrição, resumo, poema...</p> <ul style="list-style-type: none"> *Compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; *Compreender os vários gêneros de textos; *Identificar ideia principal e secundária; *Compreender as mensagens dos textos e manifestar-se criticamente a respeito delas; *Localizar pormenores importantes no texto; *Tirar conclusões a partir de afirmações expressas no texto;: *Justificar afirmações com trechos dos textos ou opiniões pessoais; *Formar leitores; *Desenvolver a habilidade de refletir criticamente sobre um determinado tema; <p>Pontuação (ponto final, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, dois pontos, travessão, ponto e vírgula, aspas, reticências e parênteses).</p> <ul style="list-style-type: none"> *Explorar a pontuação como recursos da linguagem escrita; *Utilizar o travessão e os dois pontos no discurso direto; <p>Linguagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Escrita/oral; *Culta/informal; *Variedades não padrão; *Verbal/não-verbal;

	<p>História em quadrinhos, a linguagem dos balões, interjeição: *Trabalhar por meio do visual, as ideias; *Ler e interpretar a mensagem visual e seus símbolos; *Estimular a capacidade de observação e análise de detalhes;</p> <p>Sinonímia e antonímia: *Reconhecer o significado de uma mesma palavra em contextos diferentes; *Contextualizar palavras em frases e parágrafos;</p> <p>Uso do Porquê: *Utilizar o porquê em perguntas e respostas em situações contextualizada;</p> <p>Produção textual (resumo, piada, descrição, poema): *Redigir texto com originalidade e clareza; *Planejar o texto que vai ser escrito; *Redigir rascunhos; *Revisar; *Compor parágrafos introdutórios e conclusivos; *Cuidar da apresentação (margens, parágrafo, títulos centralizado); *Organizar ideias considerando o destinatário, a sua finalidade e as características textuais de cada gênero;</p> <p>Artigo (definido e indefinido): *Identificar o artigo em frases e textos; *Reconhecer o artigo como trazendo significação para informação;</p> <p>Substantivo primitivo/derivado; simples/composto; concreto/abstrato e coletivos *Identificar o uso dos substantivos aliando a classificação ao seu sentido textual e contextual;</p> <p>Adjetivo - locução adjetiva - adjetivo pátrio: *Reconhecer adjetivos como característica e prioridade dos seres, a partir dos gêneros;</p> <p>Numeral (cardinal, ordinal, multiplicativo, fracionário): *Reconhecer os numerais; *Escrevê-los por extenso partindo da necessidade de sua utilização;</p> <p>Pronome (pessoal reto, pessoal oblíquo, de tratamento, possessivo, indefinido, demonstrativo, interrogativo). *Reconhecer os pronomes, suas funções, utilizá-los como elementos coesivos e argumentativos; *Saber referenciar os papéis e/ou posições sociais;</p> <p>Conjunção: *Trabalhar a construção do parágrafo a partir da ampliação do tópico frasal (frase principal e frases secundárias) trazendo como resultado a sequência lógica; *Empregar os termos articuladores de ideias (reconhecer a função da conjunção como elemento que dá unidade ao enunciado);</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>VERBO Ação, estado de um ser, fenômeno da natureza *Identificar o verbo na frase;</p> <p>Tempos básicos (presente, pretérito e futuro) *Reconhecer os tempos básicos em frases ou textos;</p> <p>Tempos complementares (pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito, futuro do presente) *Distinguir os tempos verbais; *Aplicar os tempos verbais em frases e textos; *Utilizar confrontar flexões da variedade culta, com flexões das variedades não cultas da língua; *Distinguir o uso (pretérito perfeito) ao (futuro do presente)</p> <p>Formas nominais (gerúndio, particípio, infinitivo) *Conhecer as formas verbais; *Reconhecer o infinitivo como "nome" do verbo;</p> <p>Modo (indicativo, subjuntivo, imperativo) *Distinguir os modos verbais; *Transformar frases afirmativas em negativas e vice e versa; *Reconhecer os modos verbais e as mudanças de sentido que seu uso ocasiona na frase ou no texto;</p> <p>Pessoa/número *Flexionar singular/plural; *Perceber a adequação entre o sujeito e o verbo; *Usar automaticamente as desinências de número juntamente com a categoria de pessoa; *Discutir as diferenças de sentido, nos textos, entre o uso do singular e do plural;</p>
<p>7º ano</p>	<p>Linguagem oral. Interpretação do texto oral (notícia, reportagem). *Análise das intenções explícitas, inferência das intenções implícitas do enunciador e posicionamento crítico em relação às vozes do discurso; *Argumentação e contra-argumentação com consistência e objetividade; *Elaboração de sínteses orais a partir da escuta de ideias e debates, teses e opiniões e/ou a partir de leituras diversas;</p> <p>Gêneros textuais. Mito, debate, contos, charges, cartum, textos explicativos de livros didáticos (científicos), comentário crítico, receita culinária, entrevista, memórias literárias, diferenciar manchete, notícia e reportagem. *Reconhecimento e caracterização dos tipos de textos: narrativo, dissertativo, injuntivo e preditivo; *Percepção das intencionalidades discursivas ao analisar as informações explícitas e implícitas, as inferências e os pressupostos, além e posicionamento crítico em relação às vozes do discurso; *Argumentação e contra-argumentação com consistência e objetividade;</p>

	<p>*Reconhecimento e caracterização dos diversos gêneros textuais; Produção de textos com clareza e objetividade;</p> <p>*Adequação da linguagem ao interlocutor e à situação;</p> <p>*Apresentação de textos levando-se em conta a legibilidade, a organização espacial, a correção e a pontuação;</p> <p>*Elaboração de textos com coerência, coesão, continuidade, considerando-se o tipo e o gênero textual proposto, tendo em vista o leitor;</p> <p>*Segmentação do texto em parágrafos;</p> <p>*Transposição da linguagem não-verbal para a verbal e vice e versa;</p> <p>*Relacionamento entre linguagem verbal e não-verbal na elaboração de textos;</p> <p>*Elementos da narrativa</p> <p>Sinonímia</p> <p>*Reconhecer o significado de uma mesma palavra em contextos diferentes;</p> <p>*Contextualizar palavras em frases e parágrafos, textos.</p> <p>Valor semântico da pontuação (aspas, reticências, parênteses, exclamação e interrogação).</p> <p>*Capacitar os(as) estudantes a pontuar corretamente, inferindo, a partir do conhecimento dos termos da oração, as regras de pontuação.</p> <p>*Reconhecer que os sinais de pontuação são marcações gráficas que servem para compor a coesão e a coerência textual, além de ressaltar especificidades.</p> <p>Termos da oração: sujeito simples e composto; tipos de sujeito, predicado verbal e nominal; predicativo do sujeito; adjunto adnominal; adjunto adverbial, objeto direto e indireto e preposição;</p> <p>*Examinar a estrutura de um período e das orações que compõem um período;</p> <p>*Reconhecer que os termos são necessários para formação das orações, integrando o significado dos termos - (essenciais/integrantes)</p>
<p>8º ano</p>	<p>Leitura da série anterior</p> <p>*resgatar a leitura da série anterior;</p> <p>*ler com fluência, dicção, ritmo e entonação;</p> <p>*ler individualmente e coletivamente com desenvoltura.</p> <p>Gêneros textuais: editorial, relatos históricos, memórias literárias. diário de bordo, ata, seminário, resenha crítica;</p> <p>*compreender e fazer uso de informações contidas nos textos;</p> <p>*identificar ideia principal e secundária;</p> <p>*compreender as mensagens dos textos e manifestar-se criticamente a respeito delas;</p> <p>*localizar pormenores importantes no texto;</p> <p>*tirar conclusões a partir de afirmações expressas no texto;</p> <p>*justificar afirmações com trechos dos textos ou opiniões pessoais;</p> <p>*formar leitores;</p> <p>*desenvolver a habilidade de refletir criticamente sobre um determinado tema.</p>

Produção textual:

Memórias literárias, Diário de bordo, Ata, Seminário, Resenha crítica.

*Organizar ideias de acordo com a característica de cada gênero, propondo tarefas de produção de textos, as quais visem a interlocução efetiva, com propósito interacional.

*Reconhecer o texto como uma função comunicativa, fazendo com que o(a) estudante reconheça a função da escrita em sua vida, para que desta forma ocorra a constituição da autoria.

*Empregar os mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão na produções textuais, conforme o gênero e os propósitos do texto.

*Transformar o gênero estudado em outro, de acordo com a possibilidade trazida pelo gênero.

Verbos:

Modo imperativo e formas nominais.

*Reconhecer os modos e formas verbais e as mudanças que seu uso ocasiona na frase ou no texto.

Sentido denotativo e conotativo

*Perceber a relação de sentido estável e historicamente fixados com a contextualização e inovação, fazendo a relação entre denotação e conotação.

Discurso direto e indireto

*Refletir sobre a aplicabilidade dos discursos direto e indireto, fazendo a transcrição de direto para indireto e vice e versa.

Polissemia, Homonímia e Paronímia

*Chamar atenção para o uso dos vocábulos com vários significados, aplicando-as de acordo com o significado das palavras.

Colocação pronominal

*Utilizar a colocação pronominal, como elemento coesivo, realizando as adaptações de acordo com a norma culta.

*Usar adequadamente os mecanismos de coesão por meio de pronomes, sinônimos e advérbios.

Complemento nominal

*Compreender que os complementos servem para fazer relações a um nome ou verbo, relacionando-se, assim, a eles.

*Saber que o complemento nominal representa o alvo, um sentido, um movimento em relação ao nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) o mesmo papel que exerce o complemento verbal em relação ao verbo.

Orações coordenadas

*Reconhecer nas orações as ideias dos nexos como elementos coesivos, os quais dão sentido ao texto.

<p>9º ano</p>	<p>Leitura da série anterior</p> <ul style="list-style-type: none"> *Resgatar a leitura da série anterior; *Ler com fluência, dicção, ritmo e entonação; *Ler individualmente e coletivamente com desenvoltura; <p>Gêneros textuais:</p> <ul style="list-style-type: none"> *Crônicas e Romances *Compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; *Compreender os vários gêneros de textos; *Identificar ideia principal e secundária; *Compreender as mensagens dos textos e manifestar-se criticamente a respeito delas; *Localizar pormenores importantes no texto; *Tirar conclusões a partir de afirmações expressas no texto; *Justificar afirmações com trechos dos textos ou opiniões pessoais; *Formar leitores; *Desenvolver a habilidade de refletir criticamente sobre um determinado tema; <p>Intertextualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> *Desenvolver a percepção para a identificação dos diferentes tipos de intertextualidade; *Ampliar o entendimento do texto a partir de outros textos, fazendo uso da intertextualidade; *Funções da Linguagem; *Figuras de linguagem e níveis de linguagem; *Ambiguidade. <p>Estrutura de palavras</p> <ul style="list-style-type: none"> *Identificar os diferentes elementos mórficos que formam as palavras. <p>Processos de formação de palavras</p> <ul style="list-style-type: none"> *Identificar a partir de que processo as palavras foram formadas; *Conhecer os significados dos mais usuais prefixos e radicais gregos e latinos; <p>Termos da oração</p> <ul style="list-style-type: none"> *Revisar os termos que compõem as orações; <p>Período composto por subordinação</p> <ul style="list-style-type: none"> *Reconhecer o processo de subordinação identificado a oração principal e a subordinada <p>Pronome relativo</p> <p>Orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais</p> <ul style="list-style-type: none"> *Identificar o pronome relativo e o termo que ele substitui; *Reconhecer as diferentes orações subordinadas substantivas, adjetivas e adverbiais; <p>Produção textual (texto expositivo, argumentativo e crônica)</p> <ul style="list-style-type: none"> *Redigir textos com originalidade e clareza; *Planejar o texto que vai ser escrito; *Redigir rascunhos;
----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>*Revisar; *Compor parágrafos introdutórios e conclusivos; *Cuidar da apresentação (margens, parágrafos, título centralizado); *Organizar ideias considerando o destinatário, a sua finalidade e as características textuais de cada gênero; Concordância verbal e nominal *Desenvolver o uso das concordâncias verbal e nominal de acordo com as regras da língua portuguesa e aplicá-la na autocorreções de textos;</p> <p>Regência verbal e nominal *Desenvolver o uso das regências verbal e nominal de acordo com as regras da língua portuguesa e aplicá-la na autocorreção de textos e Crase.</p> <p>Nova ortografia *Revisar as regras da nova ortografia.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Gênero:

	Narrar	Expor	Argumentar	Instruir	Relatar	Outros
5º ano	Fábulas Literatura de Cordel	Verbetes de enciclopédias Panfletos	Cartas de solicitação	Bula de remédio (analisar a viabilidade) Receita médica e culinária	Depoimentos, Reportagens	Adivinhas Provérbios
6º ano	Lendas Poema narrativo Piadas Tirinhas	Publicidade e Propaganda	Cartas de leitor, cartas de reclamações	Manual de instrução (jogos) Leitura de contas de água, luz telefone, extratos	Biografia e autobiografia	Poema
7º ano	Contos	Textos explicativos de livros didáticos (científicos)	Comentário crítico	Receita culinária, Receita médica	Entrevista Memórias literárias Diferenciar manchete, notícia e reportagem	Charges Cartum
8º ano	Novelas	Seminário	Editorial Resenha crítica		Diário de bordo Memória literária Ata Relatos históricos	
9º ano	Fábulas Crônicas Romances	Seminário Folder Artigo de divulgação científica	Artigo de opinião Debate	Estatuto Bula de remédio	Ata Biografias	Poema

Sugestões de livros do 6º ao 9º ano.

Títulos

- ✓ A luz que guia também pode cegar (tema: droga) Autor: Cleber Boelter
- ✓ A Bolsa Amarela (tema: conflitos entre gêneros) Autor: Lygia Bojunga (7ºano)
- ✓ Projeto Mudamundo
- ✓ Dicionário (tema: cidadania) Autor: Valesca de Assis
- ✓ Do Outro Mundo (tema: escravidão, capacidade de escrever) Autor: Ana Maria Machado
- ✓ Os marcianos estão chegando (tema: regionalismo) Autor: Lourenço Cazarré
- ✓ Olhos de Rubi (tema: crime na praia) Luís Dihl
- ✓ Anjos no Aquário (tema: gravidez na adolescência) Autor: José Emílio Braz
- ✓ Vida de Droga (tema: drogas) Autor: Walcyr Carrasco
- ✓ A Rua é meu Quintal (trabalho infantil) Autor: Tania Alexandre Martinelli
- ✓ Perseguição (tema: bullying) Autor: Tania Alexandre Martinelli
- ✓ Veneno Lento (tema: alcoolismo) Autor: Raul Drewnick
- ✓ O blog da Marina (tema: internet, relações) Autor: Julio Milbraz
- ✓ O menino do dedo verde (tema: preconceito) Autor: Maurício Drumond

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática- por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. Parábola, 2007.

BAKTHIN, M. Os gêneros do discurso. In BAKTHIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. Ensinar versus não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? *Calidoscópico*, São Leopoldo, 2006.

_____. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GERALDI, J. W. Concepções de Linguagem e Ensino de Português. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na Sala de Aula*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Ensino de Língua e vivência de linguagem - temas em confronto*. SP: Contexto, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. SP: Contexto, 2004.

NETO, Adolfo Tanzi...(et.al).. *Escol@ Conectad@: os multiletramentos e as TICs*. São Paulo: Parábola, 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SELBACH, Simone. *Língua Portuguesa e didática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

LÍNGUA ESTRANGEIRA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Durante muito tempo, o ensino tradicional de línguas, materna e estrangeira, fundamentou-se na gramática e na exatidão da língua, na leitura e compreensão de texto que enfatizava basicamente a recuperação de informações, negligenciando situações específicas em que as pessoas efetivamente utilizam a linguagem para comunicação, tais como falar e ler criticamente. Como essa abordagem mais centrada na estrutura da língua mostrou-se ineficaz, professores e pesquisadores da área propuseram uma nova abordagem para o ensino de Língua Estrangeira, a fim de torná-lo mais significativo para a realidade dos(as) estudantes em geral.

A proposta do ensino comunicativo da língua estrangeira estabelece como meta o ensino da competência comunicativa. Segundo Sturm (2001), essa competência compreende os seguintes aspectos do conhecimento linguístico: saber usar a linguagem para uma série de finalidades e funções diferentes; saber como variar o uso da linguagem de acordo com as circunstâncias e os participantes; saber produzir e entender diferentes tipos de textos; saber manter a comunicação apesar das limitações no conhecimento de um idioma – por meio de diferentes estratégias de comunicação, por exemplo.

A compreensão dos processos da aprendizagem de uma língua estrangeira mudou significativamente nos últimos 30 anos e o ensino comunicativo é, em parte, uma resposta a essas modificações. As concepções anteriores do aprendizado de idiomas se concentravam basicamente no domínio da gramática e o aprendizado de línguas era visto como um processo de hábitos mecânicos.

Nos últimos anos, o aprendizado de línguas estrangeiras tem sido visto a partir de uma perspectiva interacionista – a qual considera que o aprendizado se baseie em processos de interação carregados de significados e com propósitos definidos entre os(as) estudantes e os usuários do idioma, por meio de uma criação coletiva.

Nesta perspectiva, as atividades propostas nas aulas de língua estrangeira também implicam e propõe uma nova postura do(a) professor(a), assim como, dos(as) estudantes. Esses últimos agora, também devem participar das atividades em aula que se fundamentam em uma abordagem cooperativa em vez de uma abordagem individualista

em relação ao aprendizado. Cabe enfatizar que o aprendizado de uma língua estrangeira é facilitado quando os(as) estudantes se envolvem em interações e comunicações significativas, sendo que cada um desenvolve seus próprios caminhos para o aprendizado do idioma, progredindo, assim, em ritmos diferentes e apresentando necessidades e motivações distintas para aprender uma língua.

Logo, cabe ao professor(a) criar um ambiente propício na sala de aula, oferecendo oportunidades para que os(as) estudantes utilizem e pratiquem a língua estrangeira, além de refletir sobre a utilização e o aprendizado linguístico. Prado (2000) percebe a sala de aula de língua estrangeira como um ambiente em que os(as) estudantes aprendem por meio da colaboração e do compartilhamento, relacionando a escola com o mundo exterior de forma a promover uma aprendizagem significativa.

1.O lugar das línguas estrangeiras no contexto educacional do Brasil

É necessário entender como se deu o processo de legitimidade da língua, resgatando parte de sua história e mostrando os movimentos de centralização e descentralização de seu ensino, os períodos de ascensão e declínio da língua estrangeira no contexto educacional brasileiro.

Iniciamos com a reforma do Ministro da Educação Capanema, de 1942, que equiparou todas as modalidades de ensino médio - secundário, normal, militar, comercial, industrial e agrícola - de um lado, democratizando o ensino e de outro lado, promovendo o classicismo aristocrático e acadêmico dos últimos dias do Império. A lei proposta por ele devia "*formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um mesmo tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística*". Essa Reforma ainda que criticada por alguns educadores, foi a que deu mais importância ao ensino das línguas estrangeiras.

É importante assinalar que nesse período, a educação nacional ficou centralizada no Ministério da Educação, de onde partiam praticamente todas as decisões, desde as línguas que deveriam ser ensinadas, a metodologia a ser empregada pelo(a) professor(a) e o programa que deveria ser desenvolvido em cada série do ginásio e em cada ano do colégio.

1.1 O caminhar do processo de solidificação do ensino de Línguas Estrangeiras com o estabelecimento da Lei Diretrizes e Bases

➤ A partir da LDB de 1961

A LDB de 1961, publicada no dia 20 dezembro, mantém os sete anos do Ensino Médio, ainda com a divisão entre ginásio e colégio e inicia a descentralização do ensino. Cria para isso o Conselho Federal de Educação "*constituído por 24 membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas de notável saber e experiência, em matéria de educação*".

No artigo 35, parágrafo 1º, estabelece que "*ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.*"

O número de horas nas reformas de 1961, 1971 e 1996 é estimativo, em valores aproximados, do que se considera a média nacional. Decisões sobre o ensino da língua estrangeira ficaram sob a responsabilidade dos conselhos estaduais de educação. O latim, com raras exceções, foi retirado do currículo, o francês quando não retirado, teve sua carga semanal diminuída, e o inglês, de um modo geral, permaneceu sem grandes alterações.

Apesar de ter surgido depois do lançamento do primeiro satélite artificial russo, que provocou um impacto na educação americana, com expansão do ensino das línguas estrangeiras em muitos países, a LDB do início da década de 60, reduziu o ensino de línguas a menos de 2/3 do que foi durante a Reforma Capanema.

➤ LDB DE 1971

Menos de dez anos depois da LDB de 1961, era publicada a nova LDB, Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. O ensino é reduzido de doze para onze anos, introduzindo-se o 1º grau com oito anos de duração e o segundo com três. Enfatiza-se a formação especial com ênfase na habilitação profissional.

O Conselho Federal de Educação (artigo 4º, parágrafo 3º) ficava encarregado de fixar "*além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins*".

A redução de um ano de escolaridade e a necessidade de se introduzir a habilitação profissional provocaram uma redução drástica nas horas de ensino de língua estrangeira, agravada ainda por um parecer posterior do Conselho Federal de que a língua estrangeira seria "*dada por acréscimo*" dentro das condições de cada estabelecimento. Muitas escolas tiraram a língua estrangeira do 1º grau, e no segundo grau, não ofereciam mais do que uma hora por semana, às vezes durante apenas um ano. Inúmeros estudantes, principalmente do supletivo, passaram pelo 1º. e 2º graus, sem nunca terem visto uma língua estrangeira.

➤ *LDB DE 1996*

No dia 20 de dezembro de 1996, 25 anos da LDB anterior, é publicada a nova LDB (Lei nº 9.394). O ensino de 1º e 2º graus é substituído por Ensino Fundamental e Médio. Continua existindo uma base nacional comum, que deve ser complementada "*em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela*" (art. 26).

O § 5º, desse mesmo artigo, especifica a necessidade da língua estrangeira no ensino fundamental: "*na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição*" (Art. 26, § 5º).

A ideia de um único método certo é finalmente abandonada, já que o ensino será ministrado com base no princípio do "*pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas*" (art.3º, inciso III), dentro de uma grande flexibilidade curricular, conforme está previsto no art. 23: "*a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar*".

O inciso IV, do art. 24, corrobora essa disposição: "*poderão organizar-se classes ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares*".

Complementando a nova LDB, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais, com amplos objetivos, estes estão baseados no princípio da transversalidade, destacando o contexto maior em que deve estar inserido o ensino das línguas estrangeiras e incorporando questões como a relação entre a escola e a juventude, a diversidade cultural, os movimentos sociais, o problema da violência, o tráfico e uso de drogas, a superação da discriminação, educação ambiental, educação para a segurança, orientação sexual, educação para o trabalho, tecnologia da comunicação, realidade social e ideologia.

Os Parâmetros não chegam a propor uma metodologia específica de ensino de línguas, mas sugerem uma abordagem sociointeracional, com ênfase no desenvolvimento da leitura, justificada, segundo seus autores, pelas necessidades do aluno e as condições de aprendizagem.

Todo este apanhado tem o objetivo de trazer à realidade o processo da consolidação do ensino da língua estrangeira na escola, bem como trazer a proposta do desenvolvimento das práticas pedagógicas por meio da interação mediada pela linguagem – a fim de usar diferentes recursos para entender as práticas sociais de leitura e escrita e participar ativamente delas. Sendo assim, o importante é incorporar o contexto de produção dos discursos, permitindo a compreensão do uso que as pessoas fazem do idioma ao agir na sociedade.

OBJETIVOS

Compreender a importância do estudo da língua estrangeira para um convívio harmônico no mundo plurilíngue onde o processo de comunicação aconteça possibilitando novas formas de se expressar, agir e interagir, bem como, construir conhecimento sistêmico sobre como e quando utilizar esta linguagem em situações diversas.

OBJETIVOS GERAIS

- Despertar o interesse para aprender a língua estrangeira.
- Levar o(a) estudante a:
 - *compreender a importância de aprender uma língua estrangeira;
 - *perceber a influência da língua estrangeira na nossa sociedade;
 - *a se comunicar no contexto da sala de aula, utilizando o contexto de ensino.
- Desenvolver atividades significativas e contextualizadas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o(a) estudante vincule o que é estudado com o que o cerca.
- Conduzir os(as) estudantes a uma compreensão de textos verbais e não verbais.
- Desenvolver junto ao estudante a capacidade linguística e discursiva em situações comunicativas em que possa:
 - *identificar a ideia central do texto (verbal/não verbal);
 - *compreender vocabulário referente ao texto;
 - *seguir e dar instruções;
 - *compreender e produzir um texto descritivo;
 - *identificar determinados gêneros textuais observando algumas marcas;
 - *possibilitar o máximo possível o uso da língua atrelando a complexidade linguística às temáticas sociais;
 - *estabelecer conexões entre o aprendizado em sala de aula e sua vivência em outros contextos;
- Compreender a língua estrangeira como prática social;
- Desenvolver motivação para aprendizagem (autonomia);
- Proporcionar subsídios para a apropriação e uso da língua em situações cotidianas;
- Mobilizar o(a) estudante para uma participação e interação na sociedade local e global;
- Explorar e discutir assuntos contemporâneos.

(Assessoria de Línguas/SMEd)

CURRÍCULO MÍNIMO LÍNGUA ESPANHOLA

Ano	Conteúdos Gramaticais	Sugestões de Conteúdos Comunicativos
6º ano	Pronombres Personales Verbo estar- presente de indicativo Verbo ser – presente de indicativo Verbo gustar El alfabeto Los artículos Contracciones - nomenclaturas Los adjetivos posesivos Verbo tener – presente de indicativo Los adjetivos calificativos Los numerales cardinales Las horas Los pronombres y adjetivos demostrativos Aquí, ahí, allí Verbos ir y venir – presente de indicativo Los pronombres reflexivos	Saudações e despedidas Dias da semana Meses e estações do ano Corpo Humano Família Cores Animais Alimentos Material Escolar
7º ano	El presente de indicativo – verbos de la 1ª conjugación El presente de indicativo – verbos de la 2ª conjugación El presente de indicativo – verbos de la 3ª conjugación El uso de e (em vez de y) El uso de muy y mucho Expresiones adverbiales de tempo El acento tónico El pretérito imperfecto de indicativo Numerales ordinales Los pronombres posesivos Reglas especiales de acentuación	Vestuário Partes da casa Localização Esportes Pontos Turísticos
8º ano	Los pretéritos La división silábica Los adjetivos y pronombres indefinidos Usos de por qué, por que, porque y porqué El uso de los signos de puntuación Grados del adjetivo y del adverbio La preposición El adverbio Género de los nombres Número de los nombres Heterogenéricos	Profissões Utensílios da casa Medios de transporte

9º ano	Los pretéritos El futuro Signos de puntuación Los complementos directo e indirecto Los pronombres complemento Verbos com dos complementos La posición del pronombre complemento em la frase Palabras homónimas El artículo neutro lo Sufijos aumentativos, diminutivos y despectivos Heterosemánticos Perífrasis verbal El gerúndio Interferencias ortográficas El imperativo Heterotónicos Los pronombres relativo Construcciones com preposición La voz passiva Modismos Las conjunciones Las interjecciones Palabras parónimas	Partes da casa (exterior) Nacionalidades
---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------

CURRÍCULO MÍNIMO LÍNGUA INGLESA

Ano	Conteúdos
6º ano	Saudações Adjetivos possessivos. Pronomes pessoais. Artigos indefinidos. Números cardinais Horas Como perguntar a idade Verbos "to be" - presente (afirmativa/ negativa/ interrogativa). Palavras interrogativas: "who", "what", "where", "how much", "what color" . Membros da família. Cores. Profissões.
7º ano	O Presente Simple (afirmativo, negativo e interrogativo). Respostas curtas (short answers). Preposições de lugar Material escolar Países e nacionalidades.

	Meses do ano/ dias da semana/ estações do ano Preposições de tempo Numerais ordinais Corpo humano. Comida e bebida Sentimentos Roupas Presente contínuo Verbo “to have”
8º ano	Esportes Condições climáticas Verbo “there to be” O Futuro Simple (afirmativo, negativo e interrogativo) O passado simple (afirmativo, negativo e interrogativo) Verbos regulares e irregulares Plural dos substantivos Verbo poder (can) e outros modais Advérbios de frequência
9º ano	Interesses adolescentes Mantendo a forma Meio ambiente Expressões idiomáticas Imperativo Any e some Why/Because Substantivos contáveis e incontáveis

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em : < www.mec.gov.br > Brasília, DF, 1998.

PRADO, C. L. *Línguas Estrangeiras na Escola?* In: Revista Presença Pedagógica. Belo Horizonte: Dimensão, 2000.

RODRIGUES, C. Estratégias de comunicação em uma língua estrangeira. A perspectiva da sala de aula . *Linguagem & Ensino*, São Paulo.1999.

STURM, Luciane. *O ensino da língua estrangeira: estratégias comunicativas*. Passo Fundo .2001.

VYGOTSKI, Levi. *A Construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.2009.

ENSINO DA ARTE

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam o ensino e a aprendizagem de conteúdos que colaboram para a formação do cidadão, buscando igualdade de participação e compreensão sobre a produção nacional e internacional de arte. A seleção e a ordenação de conteúdos gerais de Arte têm como pressupostos a clarificação de alguns critérios, que também encaminham a elaboração dos conteúdos de Artes Visuais, Música, Teatro e Dança e, no conjunto, procuram promover a formação artística e estética do aprendiz e a sua participação na sociedade.

Pensando na Arte

A educação em Arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o(a) estudante amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. O documento de Arte expõe uma compreensão do significado da arte na educação, explicitando conteúdos, objetivos e especificidades, tanto no que se refere ao ensino e à aprendizagem, quanto no que se refere à arte como manifestação humana.

A primeira parte do documento contém o histórico da área no Ensino Fundamental e suas correlações com a produção em arte no campo educacional (...).

A segunda parte busca circunscrever as artes no Ensino Fundamental, destacando quatro linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro. Nela, o professor encontrará as questões relativas ao ensino e à aprendizagem em arte para as primeiras quatro séries, objetivos, conteúdos, critérios de avaliação, orientações didáticas e bibliografia. Ambas as partes estão organizadas de modo a oferecer um material sistematizado para as ações dos educadores, fornecendo subsídios para que possam trabalhar com a mesma competência exigida para todas as disciplinas do projeto curricular. A leitura do documento pode ser feita a partir de qualquer das linguagens, em

consonância com o trabalho que estiver sendo desenvolvido. Entretanto, recomenda-se sua leitura global, a fim de que, no tratamento didático, o professor possa respeitar a seleção e a seriação das linguagens.

Na proposta geral dos Parâmetros Curriculares Nacionais, Arte tem uma função tão importante quanto à dos outros conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem. A área de Arte está relacionada com as demais áreas e tem suas especificidades.

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas.

A arte e a educação

Desde o início da história da humanidade a arte, sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender, de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e a aprendizagem da arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos. No entanto, a área que trata da educação escolar em artes tem um percurso relativamente recente e coincide com as transformações educacionais que caracterizaram o século XX em várias partes do mundo. A mudança radical que deslocou o foco de atenção da educação tradicional, centrado apenas na transmissão de conteúdos, para o processo de aprendizagem do aluno também ocorreu no âmbito do ensino de Arte.

As pesquisas desenvolvidas, a partir do início do século em vários campos das ciências humanas, trouxeram dados importantes sobre o desenvolvimento da criança, sobre o processo criador, sobre a arte de outras culturas. Na confluência da antropologia, da filosofia, da psicologia, da psicanálise, da crítica de arte, da psicopedagogia e das tendências estéticas da modernidade surgiram autores que formularam os princípios inovadores para o ensino de artes plásticas, música, teatro e

dança². Tais princípios reconheciam a arte da criança como manifestação espontânea e autoexpressiva: valorizavam a livre expressão e a sensibilização para a experimentação artística como orientações que visavam o desenvolvimento do potencial criador, ou seja, eram propostas centradas na questão do desenvolvimento do aluno.

É importante salientar que tais orientações trouxeram uma contribuição inegável no sentido da valorização da produção criadora da criança, o que não ocorria na escola tradicional. Mas o princípio revolucionário que advogava a todos, independentemente de talentos especiais, a necessidade e a capacidade da expressão artística foi aos poucos sendo enquadrado em palavras de ordem, como, por exemplo, “o que importa é o processo criador da criança e não o produto que realiza” e “aprender a fazer, fazendo”; estes e muitos outros lemas foram aplicados mecanicamente nas escolas, gerando deformações e simplificações na ideia original, o que redundou na banalização do “deixar fazer” — ou seja, deixar a criança fazer arte, sem nenhum tipo de intervenção. Ao professor destinava-se um papel cada vez mais irrelevante e passivo. A ele não cabia ensinar nada e a arte adulta deveria ser mantida fora dos muros da escola, pelo perigo da influência que poderia macular a “genuína e espontânea expressão infantil”. O princípio da livre expressão enraizou-se e espalhou-se pelas escolas, acompanhado pelo “imprescindível” conceito de criatividade, curioso fenômeno de consenso pedagógico, presença obrigatória em qualquer planejamento, sem que parecesse necessário definir o que esse termo queria dizer. O objetivo fundamental era o de facilitar o desenvolvimento criador da criança. No entanto, o que se desencadeou como resultado da aplicação indiscriminada de ideias vagas e imprecisas sobre a função da educação artística foi uma descaracterização progressiva da área. Tal estrutura conceitual foi perdendo o sentido, principalmente para os alunos. Além disso, muitos dos objetivos arrolados nos planejamentos dos professores de Arte poderiam também compor outras disciplinas do currículo, como, por exemplo, desenvolver a criatividade, a sensibilidade, o autocontrole, etc.

Na entrada da década de 60, arte-educadores, principalmente americanos, lançaram as bases para uma nova mudança de foco dentro do ensino de Arte,

² Esses princípios influenciaram o que se chamou “Movimento da Educação através da Arte”. Fundamentado principalmente nas ideias do filósofo inglês Herbert Read, esse movimento teve como manifestação mais conhecida a tendência da livre expressão que, ao mesmo tempo, foi largamente influenciada pelo trabalho inovador de Viktor Lowenfeld, divulgado no final da década de 40. V. Lowenfeld, entre outros, acreditava que a potencialidade criadora se desenvolveria naturalmente em estágios sucessivos desde que se oferecessem condições.

questionando basicamente a ideia do desenvolvimento espontâneo da expressão artística da criança e procurando definir a contribuição específica da arte para a educação do ser humano.

A reflexão que inaugurou uma nova tendência, cujo objetivo era precisar o fenômeno artístico como conteúdo curricular, articulou-se num duplo movimento: de um lado, a revisão crítica da livre expressão; de outro, a investigação da natureza da arte como forma de conhecimento. Como em todos os momentos históricos, o pensamento produzido por esses autores estava estreitamente vinculado às tendências do conhecimento da época, manifestadas principalmente na linguística estrutural, na estética, na pedagogia, na psicologia cognitivista, na própria produção artística, entre outras. Assim, a crítica à livre expressão questionava a aprendizagem artística como consequência automática do processo de maturação da criança.

No início da década de 70 autores responsáveis pela mudança de rumo do ensino de Arte nos Estados Unidos³ afirmavam que o desenvolvimento artístico é resultado de formas complexas de aprendizagem e, portanto, não ocorre automaticamente à medida que a criança cresce; é tarefa do professor propiciar essa aprendizagem por meio da instrução. Segundo esses autores, as habilidades artísticas se desenvolvem por meio de questões que se apresentam à criança no decorrer de suas experiências de buscar meios para transformar ideias, sentimentos e imagens num objeto material. Tal experiência pode ser orientada pelo professor e nisso consiste sua contribuição para a educação da criança no campo da arte.

Atualmente, professores de todos os cantos do mundo se preocupam em responder perguntas básicas que fundamentam sua atividade pedagógica: “Que tipo de conhecimento caracteriza a arte?”, “Qual a função da arte na sociedade?”, “Qual a contribuição específica que a arte traz para a educação do ser humano?”, “Como as contribuições da arte podem ser significativas e vivas dentro da escola?” e “Como se aprende a criar, experimentar e entender a arte e qual a função do professor nesse processo?”.

As tendências que se manifestaram no ensino de Arte a partir dessas perguntas geraram as condições para o estabelecimento de um quadro de referências conceituais solidamente fundamentado dentro do currículo escolar, focalizando a especificidade da

³ E. B. Feldman, Thomas Munro e Elliot Eisner, ancorados em John Dewey, trataram das mudanças conceituais desse período.

área e definindo seus contornos com base nas características inerentes ao fenômeno artístico.

A partir desse novo foco de atenção, desenvolveram-se muitas pesquisas, dentre as quais se ressaltaram as que investigam o modo de aprender dos artistas. Tais trabalhos trouxeram dados importantes para as propostas pedagógicas, que consideram tanto os conteúdos a serem ensinados quanto os processos de aprendizagem dos alunos. As escolas brasileiras têm manifestado a influência das tendências ocorridas ao longo da história do ensino de Arte em outras partes do mundo.

(FONTE: Parâmetros Curriculares Nacionais)

Trilhando um caminho

Contudo, o que queremos, é abrir um espaço amplo para solidificar essa caminhada em busca de um ideal, de uma identidade para o Ensino da Arte, propondo assim, que o estudante se torne o protagonista na construção de seu próprio conhecimento, sendo o professor o mediador desse processo, apontando e sugerindo meios para esta interação.

Nunca esquecendo também que a influência da mídia e os meios tecnológicos no cotidiano dos sujeitos, realizando a transmissão de uma gama de formas simbólicas que se inserem segundo Jhon P. Thomeas (2001) em contextos sócio-históricos específicos, onde são produzidas, transmitidas e recebidas, formando aquilo que Bourdieu chamou de campos de interação. Dessa forma, entende-se, que as imagens em movimento encontram-se nos mais variados contextos, não apenas no âmbito escolar ou no universo acadêmico, podendo ser utilizadas na educação, no direcionamento e na formação da consciência histórica dos indivíduos.

A linguagem é muito mais que a “língua”, que é uma das linguagens possíveis. Mas a linguagem é a grande capacidade que se tem de representar. Tal afirmativa se adéqua diretamente em entrar direto no conhecimento do aluno, pois, assim, poderemos travar este enlace entre saber, cultura e conhecimento. Segundo Turin (1991, p. 11): *“[...] só aquilo que eu represento é o que é real. O que não represento não existe [...] representar é substituir uma coisa por outra. Com isso, o homem vai construindo uma grande teia, onde tudo que ele ouve, vê, sente, cheira, constrói o seu pensamento e*

amplia o seu repertório. Então “[...] aquilo que não sabemos representar, não faz parte de nós?” (TURIN, 1991, p.11). Segundo Peirce, o criador da Teoria Geral dos Signos ou Semiótica: *“O mais alto grau de realidade está contido nas linguagens”*.

(Assessoria do Ensino da Arte/SMEd)

OBJETIVOS

No transcorrer do ensino fundamental, o(a) estudante poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de Arte (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar, valorizar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade. Sendo assim, é necessário que o(a) estudante possa/tenha a capacidade de:

- expressar e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas;
- interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais;
- edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções;
- compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos;
- observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando, argumentando e apreciando arte de modo sensível;
- compreender e saber identificar aspectos da função e dos resultados do trabalho do artista, reconhecendo, em sua própria experiência de aprendiz, aspectos do processo percorrido pelo artista;
- buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de

cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias.

(FONTE: Parâmetros Curriculares Nacionais)

CURRÍCULO MÍNIMO

6º ANO

CONTEÚDOS	OBJETIVOS
Estudo da cor Ponto Linha Forma Simetria Textura 1º e 2º planos	Reconhecer, conceituar e aplicar diferentes cores. Reconhecer, identificar e aplicar as diferentes técnicas que envolvem o uso do ponto. Conceituar, identificar, reconhecer, empregar e criar elementos partir da linha. Observar, reconhecer, nomear e aplicar a simetria e assimetria. Observar e reproduzir imagens com primeiro e segundo planos.
HISTÓRIA DA ARTE Leitura Formal Releitura Pré-história, Egito e Grécia	Organizar, traçar e transportar modelos em processos de reprodução, ampliação e redução. Interpretar uma obra de arte e nela interferir, a partir da ideia da releitura. Identificar, reconhecer e pesquisar elementos da História da Arte.

7º ANO

CONTEÚDOS	OBJETIVOS
Desenho Leitura e Releitura História em quadrinhos HISTÓRIA DA ARTE Arte Medieval Renascimento Arte Barroca Rococó Neoclássico, Romantismo	Analisar e reproduzir diferentes modalidades de desenho. Identificar e construir mosaicos. Interpretar uma obra de arte e nela interferir a partir da ideia de releitura. Reconhecer e aplicar a iluminura. Identificar, pesquisar e criar vitrais. Reconhecer, planejar e criar história em quadrinhos.
HISTÓRIA DA ARTE Arte Medieval Renascimento (Perspectiva) Arte Barroca Rococó Neoclássico Romantismo Arte afro-brasileira	Analisar e reproduzir trabalhos com perspectiva. Esquematizar e montar trabalhos utilizando a arte linear. Analisar, interpretar e reproduzir ilustrações de texto. Analisar, interpretar e reproduzir obras por meio da releitura. Conhecer as diferenças formas de se realizar

Arte indígena	<p>uma escultura.</p> <p>Identificar, reconhecer e pesquisar elementos do folclore brasileiro e principalmente o gaúcho.</p> <p>Compreender o teatro nas diversas dimensões (artística, estética, história e social).</p> <p>Vivenciar, apreciar e desenvolver a percepção auditiva e motora.</p>
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8ºANO

CONTEÚDOS	OBJETIVOS
HISTORIA DA ARTE Impressionismo a Dadaísmo	<p>Analisar, reconhecer e interferir em obras de arte para produzir releituras; interpretar obras de arte.</p>
Patrimônio histórico da cidade de Rio Grande.	<p>Reconhecer, valorizar os monumentos históricos do município.</p> <p>Interferir em obras de arte para produzir releituras, interpretar obras de arte.</p> <p>Reconhecer, valorizar e criar obras de arquitetura.</p>

9ºANO

CONTEÚDOS	OBJETIVOS
HISTÓRIA DA ARTE Pop Art Arte contemporânea	<p>Reconhecer, identificar e classificar as cores.</p> <p>Diferenciar, elaborar e criar grafites.</p> <p>Identificar, conhecer e vivenciar o processo de produção da imagem.</p> <p>Distinguir e representar caricatura, cartoon e charge.</p> <p>Identificar, pesquisar sobre performance e instalação.</p>
Design e publicidade	<p>Pesquisar, identificar e elaborar trabalhos com tintas diversas.</p> <p>Reconhecer, pesquisar e reproduzir trabalhos de arquitetura.</p> <p>Identificar, conhecer e vivenciar as etapas que envolvem a criação do design e publicidade.</p>
Instalação Performance Intervenções Artísticas Arte Digital	<p>Observar e reconhecer diversas formas de instalação; performances e intervenções artísticas.</p> <p>Pesquisar e utilizar a arte digital.</p> <p>Valorizar diversas escolhas de interpretações e de criação em sala de aula.</p>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394, de 20 de dezembro 1996.

FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. *Arte na Educação Escolar*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSI, Alfredo. *Reflexões sobre a arte*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.

Lemos, André e Cunha, Paulo. *Olhares sobre a Cibercultura*. Sulina: Porto Alegre, 2003.

CARVALHO, Maria Cecília de. *Metodologia científica: fundamentos e técnica – Construindo o saber*. 8 ed. São Paulo: Papyrus, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna do Iluminismo aos Movimentos Contemporâneos*. Companhia das Letras: 1995.

DE FUSCO, Renato. *História da arte contemporânea*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

GOMBRICH, E. H. *A História da Arte*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MONTEIRO, Regina Fourneaut. *Jogos Dramáticos*. 3 ed. São Paulo: Ágora, 1994.

TURIN, Rotti Nielba. *Aulas. Elementos de Linguagem*. São Carlos: EESC-USP, 1991.

EDUCAÇÃO FÍSICA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

A Educação Física, para os Anos Finais do Ensino Fundamental, é componente curricular e deve estar a serviço da aprendizagem de uma corporeidade que englobe todos os aspectos construtivos do homem, e não simplesmente no planejamento de um programa que melhore o desempenho físico dos(as) estudantes. Isto implica levar o(a) estudante a conhecer, se interessar e praticar Educação Física reconhecendo fatores que interferem nas mudanças de comportamento, tais como os biológicos, socioculturais e motivacionais (NISTA-PICCOLO, 2012, p.31).

O ensino da Educação Física, na sua origem, estava voltado para obtenção de hábitos de higiene e saúde, tendo como referência métodos ginásticos oriundos do continente europeu, como a ginástica sueca e a ginástica francesa, a chamada Educação Física Higienista. Posteriormente, no modelo militarista, o objetivo era a formação de indivíduos fortes e saudáveis, aptos a defender a nação, no caso de combates com outros países, havendo a valorização dos fisicamente aptos e a exclusão dos considerados incapacitados (DARIDO, 2011).

A concepção esportivista instalou-se durante a década de 1960, com o governo militar, transformando a Educação Física em sinônimo de esporte. Na década de 70, passou a ser considerada como “*atividade que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando*” (decreto nº 69.450 de 1971) na qual buscavam a descoberta de novos talentos, entre os estudantes a partir da quinta série, que pudessem representar o país em competições internacionais. Tal modelo passou a ser contestado nos anos 80, pois o Brasil não se tornou uma nação olímpica e também não aumentou significativamente o número de praticantes de atividades físicas, surgindo então novas tendências pedagógicas, destacando dentre elas: psicomotricidade, construtivista, crítico-superadora, crítico-emancipatória, saúde renovada, todas com o intuito de ressignificar o papel desse componente no ambiente escolar. Assim, a educação física vivenciou uma crise de identidade e de discurso, passando a ser prioridade na pré-escola, de primeira a quarta série, além da quinta a oitava série (a qual era voltada anteriormente) e tendo como

objetivo o desenvolvimento motor dos(as) estudantes, retirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento.

Com o direito a prática esportiva assegurado, tanto na Constituição Federal de 1988, no artigo 217 “...fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um”, quanto no capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 1990) no artigo 16, o qual compreende, dentre os direitos a liberdade, “brincar, praticar esporte e divertir-se”, torna-se assim fundamental que este direito esteja assegurado nas aulas de Educação Física, pois a LDB, nº 9394/96, prevê a obrigatoriedade da Educação Física na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), conforme Capítulo III, artigo 26, 3º parágrafo: “A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao educando:”

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole.

Somente nos casos acima citados a Educação Física será facultativa, os casos omissos deverão ser estudados junto as direções e orientações das escolas e, se necessário, junto a Assessoria Pedagógica da Educação Física. O(a) estudante que possuir problema de saúde deverá encaminhar atestado médico à Escola, a qual será responsável em passar tais informações aos(as) professores(as) de Educação Física, para que estes providenciem atividades paralelas ao estudante que não participará ativamente das atividades práticas.

O estudo realizado por Novaes e Shigunov (2003) sobre o estilo de vida relacionado à saúde e hábitos comportamentais de escolares, realizado entre estudantes da rede pública e privada, na cidade de Blumenau, Santa Catarina, verificou a importância do(a) professor(a) da disciplina de Educação Física na Escola no que se refere à construção de conhecimentos para a busca de um estilo de vida ativo. Tal estudo constatou que 68,3% dos(as) estudantes da rede pública percebem a influencia do(a) professor(a) de Educação Física no seu estilo de vida ativo, fato este não verificado entre os(as) estudantes da rede privada. Neste mesmo estudo percebeu-se que

mais da metade dos(as) estudantes (57,9%) não possuem hábito de prática de exercício físico regular (de acordo com a Organização Mundial de Saúde uma prática regular de exercícios seria de trinta minutos diários, ao menos, cinco vezes na semana), eles até praticam, mas não o recomendado. Pesquisas neste sentido nos levam a refletir sobre a contribuição dos aprendizados construídos nas aulas de Educação Física escolar, os quais perduram para a manutenção de um estilo de vida saudável para além das aulas formais de escolarização perdurando para a toda vida.

As Manifestações do Esporte são divididas em três blocos de acordo com Tubino (2010), sendo estes conhecidos como o *Esporte Participação* (visando o bem estar social), o *Esporte Educação* (visando à formação para a cidadania) e o *Esporte de Rendimento* (princípio da superação). Infelizmente, a literatura é escassa no que se refere aos estudos relacionados ao Esporte Educacional no Brasil. Objetiva-se que a Educação Física escolar se aproxime ao máximo do Esporte Educação, deixando para as atividades extraclases o Esporte Rendimento, esperando que os(as) professores(as) de Educação Física estimulem, em seus estudantes, a prática do Esporte Lazer, buscando a manutenção de um estilo de vida saudável. Estudantes que se destacarem durante as aulas de Educação Física Escolar poderão ter treinamento adequado nas atividades extracurriculares oferecidas no turno inverso na sua Escola de origem, ou ainda, serem encaminhadas ao Núcleo de Iniciação Esportiva (NIE) para treinamento específico das modalidades esportivas lá oferecidas aos(as) estudantes devidamente matriculados(as) da Rede Municipal de Ensino.

Destacamos a importância da prática da Educação Física Escolar embasada nos princípios do Esporte Educacional, que segundo Manoel Gomes Tubino (2010) se constituiu como responsabilidade pública, assegurada pelo Estado, dentro e fora da escola, tendo como finalidade democratizar e gerar cultura esportiva, desenvolvendo o indivíduo em relações sociais recíprocas e com a natureza, a sua formação corporal e as próprias potencialidades, preparando-o para o lazer e o exercício crítico da cidadania, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária.

O ensino da Educação Física Escolar baseado na metodologia do Esporte Educacional, objetiva a participação ativa de todos, buscando um melhor desenvolvimento motor dos(as) estudantes. Além disso, as atividades devem ser construídas coletivamente, levando em consideração as experiências vividas anteriormente pelos estudantes e valorizando as suas sugestões. Deve-se criar espaços onde todos tenham oportunidade de prática, respeitando as possibilidades e

potencialidades de cada estudante, buscando uma educação integral, desenvolvendo habilidades intelectuais, afetivas e motoras e, assim, desenvolvendo estudantes mais participativos e envolvidos na organização das atividades na comunidade escolar e fora dela.

Tal proposta curricular está alicerçada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a área de Educação Física, baseada no princípio da inclusão, da diversidade e respeitando os blocos de conteúdos (esportes, jogos, lutas e ginástica/atividades rítmicas e expressivas/conhecimento sobre o corpo). Sugerimos um ensino da Educação Física para além daquela influenciada pelo esporte de rendimento, que supere a visão esportivizada, que extrapole a exclusão, seletividade, agressividade e exacerbação da competitividade. Para tanto, se faz necessário a ressignificação crítica desta temática, abrindo espaços para o aprendizado através de jogos cooperativos, que de acordo com Correia (2006) é essencialmente baseado na aceitação, interação, envolvimento, diversão, construção e respeito às regras e valores que são discutidos e levados para além das vivências realizadas em aula.

OBJETIVOS

Ampliar a cultura corporal do movimento dos(as) estudantes, estimulando a autonomia para o desenvolvimento de uma prática pessoal e a capacidade de interferir na comunidade onde está inserido, construindo e mantendo espaços para a prática esportiva/cultural, de lazer e de expressão de sentimentos, afetos e emoções, além de estimulá-los a promoção da manutenção da saúde.

Conhecer, vivenciar e criar atividades corporais, tendo como eixo as expressões da cultura corporal (jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças), estabelecendo relações de respeito mútuo em situações lúdicas e/ou competitivas, sem discriminação de qualquer ordem, seja ela física, sociocultural ou de gênero.

Perceber que a pluralidade de manifestação de cultura corporal implica na compreensão de aspectos históricos e sociais relacionados às práticas;

(Assessoria de Educação Física/SMEd)

CURRÍCULO MÍNIMO

Blocos de Conteúdos / Ano	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
Atividades Rítmicas Expressivas e Ginástica	*Ritmo e expressão corporal (contagem musical, dança livre e criativa, mímica a partir do ritmo). *Movimentos básicos de solo, equilíbrio e flexibilidade.	*Dança (vivência dos diferentes ritmos). *Circuito ginástico, contemplando os movimentos básicos de ginástica de solo e diferentes tipos de saltos.	*A partir das vivências nos anos anteriores trabalhar a construção coletiva para montagem de coreografias; mostras e espetáculos de dança na comunidade escolar. *Ginásticas com aparelhos.	*A partir das vivências nos anos anteriores trabalhar a construção coletiva para montagem de coreografias, mostras e ou espetáculos de dança na comunidade escolar. *Diferentes tipos de ginástica (Laboral, de Academia, Funcional).
Conhecimento sobre o corpo / Saúde	*Capacidades físicas: noções gerais – agilidade, velocidade, flexibilidade, alongamento; aquecimento. *Pirâmide alimentar. *Higiene; *Temas transversais.	*Aplicação das capacidades físicas nos mini jogos e esportes. *Conceitos de atividade física e exercício físico. *Hidratação antes, durante e depois exercício. *Relação entre doenças crônicas e má alimentação.	*Principais efeitos da atividade física e do exercício físico sobre o organismo humano. *IMC. *Gasto calórico. *Sedentarismo.	*Orientação sobre exercício físico para saúde. *Anabolizantes. *Suplementação.
Lutas	*Jogos de oposição.	*Histórico, regras, e o tema lutas no contexto social.	*Diferenciação entre as lutas e vivência de acordo com as lutas escolhidas no coletivo.	*Aprofundamento das lutas escolhida de acordo com a realidade.
Jogos e Esportes	*Jogos cooperativos. *Diferenciação entre competição e cooperação. *Introdução aos esportes individuais e coletivos a partir de mini jogos com diferentes materiais (passe e recepção geral; deslocamentos com e sem bola; jogos de agilidade). Adaptação ao Atletismo (noções gerais de saltos, corridas, arremessos e lançamentos).	*Histórico, regras no tema Jogos Culturais (taco; ping pong; jogos de tabuleiro; gude; frescobol; 5 marias; elástico; peteca; corrida do saco). # Vivências a partir de resgate de brincadeiras / jogos vivenciados pelos pais/ avós/ vizinhos). * Fundamentos básicos e principais regras de cada esporte: FUTSAL / FUTEBOL. BASQUETE. HANDEBOL. VOLEI. ATLETISMO: # Técnicas e regras básicas das modalidades.	* Aprofundamento das regras e fundamentos, além da iniciação dos sistemas de ataque e defesa de cada esporte: FUTSAL/FUTEBOL. BASQUETE. HANDEBOL. VOLEI. ATLETISMO. # Aprofundamento das técnicas e regras básicas. ESPORTE NÃO TRADICIONAL #Punhobol. #Futevolei. #Futebol de areia. #Handebol de areia. #Rugby. #Futebol Americano.	*Aprofundamento das regras e fundamentos, além do aperfeiçoamento dos sistemas táticos: FUTSAL/FUTEBOL. BASQUETE. HANDEBOL. VOLEI. ATLETISMO: # Aperfeiçoamento na execução técnica das modalidades. ESPORTE NÃO TRADICIONAL #Punhobol. #Futevolei. #Futebol de areia. #Handebol de areia. #Rugby. #Futebol Americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*: Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

CORREIA, Marcos Miranda. *Trabalhando com jogos cooperativos*. Campinas: Papyrus, 2006.

DARIDO, Suraya Cristina (org). *Educação Física Escolar: compartilhando experiências*. São Paulo: Phorte, 2011.

NISTA-PICCOLO, Vilma Lení; MOREIRA Wagner Wey. *Esporte para à saúde nos anos finais do ensino fundamental*. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Educação Física Escolar).

NOVAES, A. J.; SHIGUNOV, V. *Estilo de vida relacionado à saúde e hábitos comportamentais em escolares do Ensino Médio*. NASCIMENTO, J. V; LOPES, A. S. (Orgs.). *Investigação em Educação Física: primeiros passos, novos horizontes*. Londrina: Midiograf. 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)*. Brasília:MEC/SEF, 1998.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: Eduem, 2010.

ENSINO RELIGIOSO

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O conhecimento religioso é um patrimônio da humanidade. Refletir sobre esse fenômeno é pensar criticamente sobre a nossa condição existencial, o que não passa, necessariamente, pela prática de uma crença em particular.

Antes, esse pensar está marcado pela busca incansável do entendimento das questões ligadas à própria vida, à transcendência e à orientação ética que dá sentido às realizações pessoais e sociais.

A dimensão religiosa, por constituir uma propriedade humana, deve ser abordada com seriedade no espaço escolar, de modo que crianças e jovens estudantes possam estabelecer posições autênticas e referenciadas eticamente diante das expressões e manifestações religiosas. Hoje, a liberdade de crença e de exercício religioso, garantida constitucionalmente, permite a leitura e o debate crítico dos lugares sagrados, dos textos sagrados orais e escritos, das organizações religiosas, do universo simbólico que reúne valores e costumes, ritos e festas, danças e músicas, forças sociais que sustentam as tradições religiosas.

A valorização da diversidade de manifestações do fenômeno religioso e as formas encontradas pelo ser humano para entender, vivenciar e lembrar essas manifestações são a temática central do ensino religioso em seu paradigma atual. Neste sentido, nossos esforços seguem para uma melhor compreensão social e cultural da diversidade religiosa, dado marcante da sociedade brasileira para uma escola laica e pluralista de acordo com a Lei n.º 9.475/97:

“O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.”

Nessa perspectiva, é necessário possibilitar ao estudante conhecimentos a respeito não só da experiência do sagrado e também das organizações religiosas, bem como de fundamentos de vida não religiosos, que também levam à compreensão da realidade.

Segundo o Referencial Curricular para o Ensino Religioso do Estado do Rio Grande do Sul (2006), a religiosidade, como as demais dimensões, merece atenção e esmero na formação humana independente de opção de credo ou de pertença a uma denominação. Entende-se que a Escola é o espaço de construção e socialização do conhecimento historicamente produzido e acumulado pelo Homem. Como todos os conhecimentos humanos são patrimônio da humanidade, o conhecimento religioso deve também estar disponível e ao acesso de todos.

O fenômeno religioso no ser humano é antropológico, filosófico, cultural e histórico. Em todos os tempos, épocas, culturas, tradições étnicas dos grupos humanos, a religiosidade se constituiu em perguntas, em sentido de vida, em busca de respostas, em expressões simbólicas e ritualizadas, na busca do Transcendente (ir além dos limites do conhecimento), que dão critérios e segurança ao exercício responsável de valores universais (base da cidadania), antecede, assim, qualquer opção por uma religião.

O Ensino Religioso, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, assume o caráter de inter-religiosidade, sendo o responsável para apresentar o Transcendente nas diferentes culturas e tradições religiosas, considerando a diversidade existente no Brasil, sendo a ele, vedada qualquer forma de proselitismo (*a ação ou empenho de tentar converter uma ou várias pessoas em prol de determinada causa, doutrina, ideologia ou religião*) a favor desta ou daquela crença, oportunizando aos estudantes, ao longo do processo de ensino/aprendizagem possuir uma reflexão acerca de diversas tradições religiosas, considerando, sempre, o ser humano no conjunto das participações em sala de aula, na abertura às múltiplas diferenças, promovendo a integração e a aprendizagem das diferenças e semelhanças, conforme especifica o art. 33 da Lei 9.475/97.

Assim, espera-se que na disciplina de Ensino Religioso da Rede Municipal de Ensino o(a) professor(a) resgate as informações que lhe são trazidas pelos(as) estudantes, valorizando a contribuição dada por cada um, oportunizando que revelem a riqueza de suas experiências, oferecendo-os referenciais e informações para que os conhecimentos religiosos sejam ampliados, proporcionando uma leitura de mundo, reconhecendo-o como um sistema orgânico, com relações e reações pessoais, do qual todos têm responsabilidades pessoais uns com os outros (OLENIKI, 2003).

(Assessoria de Ensino Religioso/SMEd)

OBJETIVOS

*Conhecer o pluralismo religioso e a diversidade cultural como parte histórica de cada povo.

*Identificar os elementos essenciais, comuns e particulares, das diversas tradições religiosas.

*Proporcionar o diálogo inter-religioso na busca e no cultivo de valores morais, éticos e religiosos, vivenciando hábitos e atitudes conscientes na busca de transcendência e de cidadania.

*Favorecer a compreensão do significado das diversas tradições religiosas, fortalecendo as predisposições de cada ser humano a perceber a vida como dom gratuito e o mundo como um todo, onde o(a) estudante pensa, sente, decide e age como alguém chamado a realizar um projeto existencial.

*Compreender as diferentes dimensões da vida, através da crença, da ciência, do conhecimento do sagrado, da identidade e da corporeidade, diferentes expressões de gênero, dons e potencialidades; relacionamento e afetividade.

*Refletir sobre elementos religioso-vivenciais, oportunizando ao estudante o seu crescimento pessoal, ainda o conhecimento religioso no decorrer dos tempos, seu valor para a vida pessoal e social.

*Proporcionar ao estudante o conhecimento da evolução das estruturas religiosas, assim como as ideologias religiosas que perpassam os textos sagrados (escritos e orais) e suas determinações sobre as verdades do Transcendente em cada tradição religiosa.

*Proporcionar elementos teóricos e vivenciais que levem o(a) estudante a pensar e a refletir sobre o sentido da vida através das crenças, das doutrinas, das normas religiosas, dos métodos de relacionamentos com o Transcendente para assumirem o compromisso em defesa da vida.

*Oportunizar o conhecimento das possíveis respostas dadas à vida além morte e ainda reconhecer-se como um ser humano integrado em suas várias dimensões (histórica, psicológica, social, cultural, religiosa) a fim de desenvolver-se na sua integralidade.

(FONTE: Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso)

CURRÍCULO MÍNIMO

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (FONAPER, 2006), o Ensino Religioso está organizado de forma a contemplar, através de seus conteúdos, os seguintes campos de estudo organizadores:

6º ANO	
TEMAS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS GERAIS
O INDIVÍDUO E AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS	<ul style="list-style-type: none"> *Descoberta das características pessoais e do outro. *Valorização e respeito às diferenças. *A importância do convívio social. *A solidariedade como alicerce da sociedade. *A visão das tradições religiosas em relação aos valores éticos, morais e sociais.
7º ANO	
TEMAS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS GERAIS
TRADIÇÕES RELIGIOSAS: HISTÓRIA, ESTRUTURA E VISÃO DO TRANSCENDENTE	<ul style="list-style-type: none"> *História das tradições religiosas: origem, evolução de suas estruturas. *A visão do Transcendente nas diversas tradições religiosas; as tradições religiosas e sua forma de expressão: oral e escrita. *As tradições religiosas e seus projetos de paz.
8º ANO	
TEMAS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS GERAIS
TRADIÇÕES RELIGIOSAS E SOCIEDADE: FENÔMENO RELIGIOSO	<ul style="list-style-type: none"> *Identidade pessoal, social afetiva e religiosa. *Visão de sexualidade conforme tradições religiosas. *Identidade ética e religiosa. *A expressão do fenômeno religioso nas diferentes culturas. *Novos movimentos religiosos. *As concepções de vida e morte ao longo da história nas tradições religiosas. *Os limites éticos do agir humano nas várias tradições religiosas.
9º ANO	
TEMAS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS GERAIS
AS TRADIÇÕES RELIGIOSAS: MITOS, CRENÇAS E DOCTRINAS	<ul style="list-style-type: none"> *A experiência religiosa: vivência do mistério do Transcendente nas doutrinas, ritos e tradições. *As condutas humanas e as exigências das tradições religiosas: as orientações para a vida conforme as diversas tradições religiosas

	(cristianismo, islã, afro, indígena etc). *O valor da vida nas tradições religiosas (vida em sentido amplo). *As experiências de fé como fator influente na formação ética das pessoas, conforme apresentada pelos mitos, crenças e doutrinas religiosas.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A metodologia de trabalho pode partir da realidade sócio-cultural-religiosa das turmas, favorecendo o conhecimento, a experiência religiosa, a compreensão da importância da religiosidade nas pessoas, na busca e no respeito mútuo respondendo às indagações sobre a vida, a morte, as finitudes humanas e seus desejos e aspirações infinitas na construção do saber religioso como em qualquer outro componente curricular (BIACA, 2006).

Os conteúdos apontados visam a convivência solidária, o respeito à diversidade religiosa, a expressão da espiritualidade, a valorização dos textos sagrados e a construção da cultura da paz e harmonia no universo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BIACA, Valmir. *O sagrado no ensino religioso* – Curitiba: SEED – PR, 2006. (Cadernos pedagógicos do ensino fundamental, v.8).

Brasil. *Lei Nº 9.475, de 22 de julho de 1997*. Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. *Lei no 9.394/1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU 23.12.1996.

FONAPER. (PCNER) *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Religioso*. 2.ed. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1997.

OLENIKI, M. L. R.; DALDEGAN, V. M. *Encantar: uma prática pedagógica no Ensino Religioso*. RJ: Vozes, 2003.

REFERENCIAL CURRICULAR PARA O ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO. Porto Alegre, fevereiro de 2006.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

TEMAS TRANSVERSAIS

Neste Plano de Estudos foram incorporados os seguintes temas **orientação sexual, relações étnico-raciais, educação ambiental, ética e patrimônio** e como temas transversais. Por serem questões importantes e muito presentes na vida cotidiana de todos, devem ser trabalhados, discutidos e pensados no cotidiano escolar.

Estes temas podem ser debatidos de acordo com as diferentes realidades e em todas as áreas ou disciplinas. Pois, como consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os temas transversais “...devem ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola”, portanto, não serão criadas novas áreas ou disciplinas⁴. É importante assinalar que, novos temas podem e devem ser incluídos levando-se em conta a sua relevância social e a comunidade escolar.

Seguem os textos referência sobre os temas transversais citados.

Relações étnico-raciais

Este texto tem como prioridade contribuir com reflexões para a implementação das Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e o Decreto Nº 6.872/2009 que incorporam os conteúdos da história e culturas africana, afro-brasileira, indígena e cigana para o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais. Em termos gerais, a Lei Nº 10.639/2003 visa promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira como um entendimento do direito social no processo de desenvolvimento humano. É necessário o enfrentamento estratégico contra práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas, conforme diz Nilma Lino Gomes (GOMES, 2001), assim como o grande desafio da afirmação e a revitalização da autoimagem do povo indígena a que se refere a Lei 11.645/2008.

O Decreto Nº 6.872/2009 aponta para estimulação e ampliação do acesso, da permanência e da melhoria do desempenho de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, quilombolas, indígenas, ciganas e demais grupos discriminados, em todos os níveis de ensino. Isto significa que é necessário promover a formação de

⁴ PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Temas transversais. P.17.

professores(as) e profissionais da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais incluindo aqui a história e cultura cigana, além de promover políticas públicas para reduzir a evasão escolar e a defasagem idade-série dos(as) estudantes pertencentes aos grupos étnico-raciais discriminados.

Não há dúvidas, que na vida fora da escola, no Brasil, convivem pessoas de diversas origens étnicas, basta termos um olhar mais atento para as questões que estão à nossa volta como as que aparecem nos jornais, revistas, programas e noticiários de televisão. Embora saibamos da existência dessas diferenças, não estamos educados para perceber o quanto essas diferenças influenciam e determinam os modos de vida das pessoas. Os que se encontram na base da pirâmide social (e aí estão indígenas e negros em sua maioria) são geralmente discriminados, enfrentando dificuldades na afirmação de sua identidade (pessoal, cultural e nacional), não conseguindo exercer em sua plenitude a condição de cidadão brasileiro (LOPES, 2001).

Esta diversidade também está presente na escola e é urgente pensar e promover mudanças em direção a uma escola cidadã, comprometida com os direitos humanos e a construção de identidades que respeitem a contribuição de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira. As Leis nº 10.639 de 2003 e nº 11.645 de 2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao incluir os artigos 26-A e 79-B, vieram nesta direção ao contemplar, em caráter obrigatório, a inclusão no currículo escolar da história indígena, da África e dos africanos, da luta dos grupos negros e indígenas no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro e do indígena na formação da sociedade nacional, em especial, mas não exclusivamente, nas áreas de Educação Artística, Literatura Brasileira e História do Brasil.

Ao longo dos anos, os currículos foram sendo construídos, tendo por base um modelo eurocêntrico, o que significa ter tomado o homem branco como referência para a construção das propostas de ensino e aprendizagem, conseqüentemente torna-se necessário tomar consciência de que o Brasil é um país multirracial e pluriétnico para reconhecer e aceitar que, nesta diversidade, negros, indígenas e ciganos também desempenham papéis relevantes e substantivos. Conforme expressa o Parecer CNE/CP 3/2004, esta educação pode oferecer conhecimentos e segurança para negros orgulharem-se de sua origem africana; para os brancos, permitir que identifiquem as influências, as contribuições, a participação e a importância da história e da cultura dos

negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionarem com as outras pessoas convergindo para a educação das relações étnico-raciais.

A escola de Ensino Fundamental, por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei Nº 10.639/2003 na alteração da Lei Nº 9.394/96, ao cumprir a parte que lhe toca, nos compromissos de Estado assumidos pelo Brasil, enquanto signatário de tratados internacionais de combate às diferentes manifestações de racismo, discriminação e preconceito raciais, comprometendo-se a construir uma democracia em que as pessoas possam usufruir, em sua plenitude, a condição de cidadãos, independentemente de raça/etnia, cor, posição e papel social, religião, gênero, a instituição escolar tem, assim, de criar mecanismos e instrumentos de uso permanente, via projeto político-pedagógico e currículo, para intervir na realidade que exclui o negro (pretos e pardos), bem como os indígenas e os ciganos entre outros, do acesso aos direitos humanos fundamentais. A Resolução CNE/CP 1/2004 é um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e de formas conexas de discriminação (MUNANGA, 2005).

Portanto, enfatizar as relações entre negros, brancos e outros grupos étnico-raciais no Ensino Fundamental não nos leva necessariamente a conflitos ou impasses, torna possível formas de mediações, de acertos, que permitam uma aproximação de interesse, ao mesmo tempo comuns e não comuns, mas que se fundem na negociação. Não se pretende pensar uma sociedade harmônica e sem conflito, o que se busca não é simplesmente a troca de uns heróis e divindades por outros, mas uma diretriz educacional que possibilite uma pluralidade de visões de mundo (Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais, 2006).

Escola	<ul style="list-style-type: none">• Espaço privilegiado de inclusão – combate às relações preconceituosas e discriminatórias.• Apropriação de saberes e desconstrução das hierarquias entre as culturas.• Recuperação da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena como condição para a construção da identidade étnico-racial brasileira.
---------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Professor	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeito do processo educacional ao mesmo tempo aprendiz da temática e mediador entre o(a) estudante e o objeto de aprendizagem (a educação das relações étnico-raciais).
Estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Sujeito do processo educacional que vive e convive em situação de igualdade com pessoas de todas as etnias, vendo a história do seu povo resgatada e respeitada.
Relação Docente-Discente	<ul style="list-style-type: none"> • Que respeita o(a) estudante como sujeito sociocultural. • Que o(a) professor(a) esteja hierarquicamente a serviço dos(as) estudantes numa relação ética respeitosa.
Currículo	<ul style="list-style-type: none"> • Que contemple a efetivação de uma pedagogia que respeite as diferenças. • Tratar a questão racial como conteúdo inter e multidisciplinar durante todo o ano letivo, estabelecendo um diálogo permanente entre o tema étnico-racial e os demais conteúdos trabalhados na escola.

Sugestões

Abordagem da questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo que poderão ser utilizadas nos dois níveis do Ensino Fundamental, desde que sejam enriquecidas, relacionadas, ampliadas e adaptadas à complexidade que caracteriza cada nível.

- Identidade.
- A importância da civilização africana.
- Pré-história da África.
- Resgate de jogos e brincadeiras em tempos e espaços diferenciados.
- Relações e cuidados com a família em diferentes famílias e culturas.
- Valorização da história familiar dos(as) estudantes, das pessoas de sua escola, bairro, comunidade e suas diferenças culturais.
- As famílias pelo mundo através dos tempos e espaços diferenciados.
- Formas de comunicação de diferentes culturas ao longo dos tempos.
- Influência africana na língua portuguesa.
- Consequências sobre o afrodescendente nos dias atuais.
- mestiçagem e multiculturalidade.

- Heróis negros e indígenas.
- Música, literatura e diversidade étnico-racial.
- Trajetória do povo negro no espaço (entrelaçamento disciplinar da história e geografia).
- Símbolos e Culturas africanos.
- Símbolos e Culturas Indígenas.
- Símbolos e Culturas Ciganos.
- Análise de situações de diversidade racial e da vida cotidiana.
- Legislação atual sobre racismo.
- Análise crítica de fatos de discriminações e racismos.
- O negro na TV.
- Histórico da comunidade.
- A realidade sócio-racial da população negra.
- Levantamento e análise de obras de artistas (filósofos, pensadores, etc) negros e indígenas ou que trabalham com a temática étnico-racial, estudando suas obras e biografias.
- Instrumentos musicais de origem africana e indígena.
- Pesquisa histórica sobre festas e danças ligadas à cultura negra, indígena e cigana.
- Pesquisa sobre a capoeira e resistência do povo negro.
- Mitos, lendas, contos africanos, afro-brasileiros, indígenas e ciganos.
- Religiões de matriz africana.
- Crítica às atitudes e aos materiais etnocêntricos, desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro e indígena.
- História dos Quilombos.
- Comunidades quilombolas hoje.
- O sincretismo e os cultos sincréticos.
- Estudo do Estatuto da Igualdade Racial.
- Escravização Indígena.
- Direito dos povos indígenas.
- Os índios do Brasil.
- As contribuições dos povos indígenas ao Brasil e ao mundo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. 1ª a 4ª Séries. Temas Transversais. 5ª a 8ª Séries.* Brasília, 1997/ 1998.

CNE/CP Parecer 3/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2004.

CNE/CP Resolução 1/2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p.11.

Decreto Nº 6.872/2009.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.* São Paulo: Selo Negro, 2000.

Lei Nº 9.394. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. De 20 de dezembro de 1996. D.O.U de 23 de dezembro de 1996.

Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da república. Luiz Inácio Lula da Silva.

Lei Nº 11.645/2008.

LOPES, Véra Neusa. Afro-Descendência: Pluralidade Cultural precisa e deve abordar a questão do negro brasileiro. *Revista do Professor*, Porto Alegre, v.17, n.67, p. 21-25, jul./ set. 2001.

MEC/SECAD. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Etnicoraciais.* Brasília, SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola.* 2ª. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

(Assessoria Étnico-racial/SMEd)

Educação Ambiental

A Educação Ambiental, como tantas outras áreas de conhecimento, pode assumir uma parte ativa de um processo intelectual constantemente a serviço da comunicação do entendimento e das soluções dos problemas (VIGOTSKY, 1991, p.43). A partir da crítica aos problemas que envolvem a diversidade biológica e cultural nas sociedades, a Educação Ambiental - EA tem se mostrado como um importante campo de contestação e transformações sociais. A Educação Ambiental que pensamos, hoje, está para além de concepções naturalistas que iniciaram os primeiros debates em nosso país frente à efervescência política do governo militar. Ela pode ser entendida “*como uma prática social transformadora, comprometida com a justiça ambiental e com o respeito às diferenças culturais e biológicas*” (TRISTÃO, 2012, p. 233) e que inclui “*a tomada de posição de responsabilidade pelo mundo em que vivemos, incluindo aí a responsabilidade com os outros e com o ambiente*” (CARVALHO, 2004).

Nesse sentido, ao pensarmos em Educação Ambiental na atualidade, precisamos ir além do que comumente fazemos em nossas escolas, onde na tentativa de trabalhar a Educação Ambiental, acabamos por pensar que basta sua aplicação em atividades, como, por exemplo, palestras, plantio de árvores, coleta seletiva, distribuição de mudas, elaboração e distribuição de panfletos, entre outras. Essas atividades são importantes, entretanto, somente elas não dão conta das especificidades de uma educação ambiental. Precisamos integrá-las ao cotidiano escolar, implementar projetos envolvendo toda a unidade escolar (diretores/as, coordenadores/as, professores/as, funcionários/as e alunos/as), articular com os conteúdos curriculares de maneira transversal procurando promover uma reflexão do local ao global das questões ambientais e de nossa participação nessas. A Educação Ambiental constitui-se como uma função transformadora na qual a corresponsabilidade dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para modificar um quadro de crescente degradação sócio ambiental. Dessa forma, a Educação Ambiental pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência em mudar os padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito (CARVALHO, 2004).

Por esse viés, desde 1981 a Política Nacional de Meio Ambiente estabeleceu a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino a fim de capacitar os

sujeitos para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Nessa corrente a Constituição Federal de 1988 também reforça a educação ambiental em todos os níveis de ensino. A partir disso, redes, tratados e programas de educação ambiental foram construídos no Brasil e no mundo a fim de inserir a educação ambiental nos currículos escolares. Um dos efeitos dessas ações são os Parâmetros Curriculares Nacionais de Meio Ambiente com algumas orientações para (re)pensarmos a educação ambiental no ensino fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Meio Ambiente

Os PCNs de Meio Ambiente são um documento que trata de orientações sobre grandes tópicos ambientais, apresentando uma nova maneira de se enxergar e trabalhar as realidades locais cotidianas que estavam apagadas do ensino convencional. Assim, os PCNs de Meio Ambiente tornam-se um desafio, onde cada unidade escolar precisará produzir o seu próprio parâmetro curricular voltado à realidade local.

Sob a perspectiva de transversalidade, a Educação Ambiental deve estar incluída na proposta pedagógica da unidade escolar, pela qual todas as disciplinas devem desenvolver seus conteúdos não de forma compartimentalizada, mas sim compondo a noção do todo. De forma, a EA passa a ser incorporada ao conteúdo escolar.

Como capacitar nossos/as profissionais em Educação Ambiental?

Capacitar em EA, independentemente do público-alvo, é, em um primeiro momento, levar o indivíduo a repensar a sua relação com o meio, a fim de garantir mudanças de atitudes em prol da melhoria da qualidade de vida de sua sociedade. Para que essa mudança ocorra, é fundamental que o indivíduo se reconheça como parte integrante do ambiente, se sensibilize com os problemas e se sinta responsável por eles. Colapso, escassez, impactos, destruição e caos são palavras comumente utilizadas quando se trata de meio ambiente em diferentes meios de comunicação, entretanto, podemos notar uma relação do homem distante do meio ambiente. Essa relação do homem com o meio ambiente está fundamentada em uma cultura antropocêntrica, ou seja, a ideia de que o homem (e o masculino, pois, as mulheres por muito tempo não eram consideradas como sujeitos ativos nas sociedades) está acima de todos os recursos naturais e espécies interferindo e modificando a natureza. Isso é considerado por Mauro

Grun (2007) como uma das principais causas de estarmos em uma crise ambiental hoje. Precisamos desmistificar e desfocar a relação de todos os sujeitos do enfoque conservacionista da problematização ambiental considerando que *meio ambiente* é um todo integrado. Para Félix Guatari (1997), ele é uma “ecosofia”, ou seja, uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos: do ambiente, das relações sociais e das relações humanas. Problematizar a educação ambiental por esse viés é promover a participação e integração dos sujeitos e de duas relações sociais e ambientais. Segundo CARVALHO (2004), a Educação Ambiental pretende provocar processos de mudanças sociais e culturais que visam obter do conjunto da sociedade tanto a sensibilização à crise ambiental e à urgência de mudar padrões de uso dos bens ambientais quanto o reconhecimento dessa situação e a tomada de decisões a seu respeito.

Em um segundo momento, atendo-se então para os professores do ensino fundamental, faz-se necessário que a capacitação proporcione uma formação adequada para que estes se sintam seguros para inovar e reformular suas práticas, incorporando a questão ambiental ao programa escolar. Para isso deve-se considerar as questões ligadas à realidade local e, a partir daí, refletir sobre as de âmbito regional, nacional e global.

Essas mudanças podem ser observadas de diferentes maneiras, como, por exemplo:

- levantamento dos problemas locais, pela comunidade escolar, visando o conhecimento do seu meio e buscando soluções simples e eficazes para algumas questões ligadas à degradação ambiental local;
- reestruturação dos planos pedagógicos da unidade escolar incluindo as questões ambientais;
- busca e articulação de parcerias para efetivação de projetos pedagógicos ambientais;
- cobranças de responsabilidades do aluno com relação ao professor, do professor com relação à coordenação/direção, desta com órgãos e instituições de apoio, de responsabilidades públicas, etc., demonstrando que o processo de Educação Ambiental desencadeado é muito rico em direitos e deveres e que basta que um dos componentes inicie/altere uma postura para que todos os outros componentes sofram o reflexo.

Além disso, a busca pela qualidade de vida extrapola o cotidiano da unidade escolar, portanto não encerra, por si só, em mudanças prático-pedagógicas de cunho formal, mas sim em mudanças de atitude de ordem pessoal (casa/comunidade).

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

GRUN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus, 2007.

SATO, Michèle. *Educação Ambiental*. São Carlos: Rima editora, 2003.

TRISTÃO, Martha. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. IN: RUSCHEINSKY, Aloisio (Org.). *Educação Ambiental: Abordagens múltiplas*. 2 ed., ver. ampl. Porto Alegre: Penso, 2012.

VIGOTSKY. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins, 1991.

(Assessoria de Ciências /SMEd)

Ética

Levantar o tema ética no espaço escolar significa enfrentar o desafio de instalar, no processo de ensino e aprendizagem, uma constante atitude crítica, numa proposta de realização de uma educação moral que proporcione às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de sua autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas.

Na perspectiva da filosofia, o conceito de moral se dá como um conjunto de princípios, crenças, regras que orientam o comportamento dos indivíduos nas diversas sociedades, e a ética como a reflexão crítica sobre a moral.

No contexto escolar, desenvolver o trabalho com a ética, objetiva o reconhecimento de que as atitudes das pessoas precisam ser pautadas por princípios de respeito, justiça, solidariedade e diálogo, que devem estar expressos na ação cotidiana da escola. A contribuição da escola, e principalmente do(a) professor(a), é fundamental para que os(as) estudantes desenvolvam a capacidade de pautarem as suas atitudes naqueles princípios. A contextualização, estabelecendo relações entre conteúdos selecionados e a realidade, é importante para que se garanta a possibilidade de os(as) estudantes compreenderem o significado do exercício crítico e do diálogo, em que ideias diversas se apresentam e são debatidas, reforçando o ato de pensar, falar e agir de

forma relacional, o que incentiva a reflexão incorporando-a a prática cotidiana do trabalho na escola, tornando mais próximo a realização do ideal de construção e a afirmação da cidadania.

Portanto, trata-se de construir contextos pedagógicos em que possam vivenciar experiências de respeitar e ser respeitado, de realizar ações justas, de dialogar efetivamente com colegas e professores(as), de ser solidário e receber solidariedade, de ter acesso a conhecimentos que alimentem sua compreensão e analisar criticamente situações concretas dentro e fora da escola.

No que diz respeito à ética, o que se precisa ensinar e aprender, está presente em todas as áreas, no reconhecimento da própria organização das relações sociais e da necessidade da busca do viver e conviver bem, conhecendo, participando, opinando, ousando e transformando.

Levando em conta o fato de que as experiências escolares abrangem, de forma intrincada e complementar, a aprendizagem das diversas áreas do conhecimento e o convívio escolar, os conteúdos se expressam, na verdade, nos contextos, que devem ser intimamente relacionados entre si, como os temas relacionados abaixo visando uma aprendizagem de convivência democrática:

TEMAS	TÓPICOS
RESPEITO MÚTUO	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão de que todas as pessoas precisam sentir-se respeitadas e sentir que delas se exige respeito; • Identificação de diferentes formas de se demonstrar respeito correspondente a diferentes esferas de sociabilidade e convívio: relações pessoais, relações formais e relações indiretas; • Reconhecimento dos limites e possibilidades pessoais e alheias; • Identificação e repúdio de situações de desrespeito.
JUSTIÇA	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação, formulação e discussão de critérios de justiça para analisar situações na escola e na sociedade; • Consideração de critérios de justiça para compreender, produzir e legitimar regras; • Identificação e repúdio de atitudes que violentam os direitos do ser humano.
	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento e valorização da existência de diversas formas de atuação solidária no âmbito

SOLIDARIEDADE	político e comunitário; <ul style="list-style-type: none"> • Atuação compreensiva nas situações cotidianas; • Conhecimento de ações necessárias em situações específicas; • Repúdio a atitudes desleais, de desrespeito, violência e omissão.
DIÁLOGO	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização do diálogo nas relações sociais; • Valorização das próprias ideias, disponibilidade para ouvir ideias e argumentos do outro e reconhecimento da necessidade de rever pontos de vista; • Utilização do diálogo como instrumento de cooperação; • Transformação e enriquecimento do saber pessoal pelo diálogo; • Participação dialógica na tomada de decisões coletivas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: *Diversidade e Inclusão*. Brasília: Conselho Nacional de Educação:MEC, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília:MEC/SEF, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Iniciação à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia*. São Paulo: Saraiva, 2013.

(Assessoria de Ensino Religioso/SMEd)

Patrimônio

O termo patrimônio tem sua origem vinculada ao termo grego “*pater*” que significa *pai* ou *paterno*. Sendo assim este termo vem sendo utilizado para relacionar tudo àquilo que é deixado pela figura paterna a seus filhos, como se fosse uma herança. Com o passar do tempo, essa noção foi estendida não somente ao que é transmitido de pai para filho, mas também tudo aquilo que corresponde a um conjunto de bens materiais que estão relacionados com a identidade cultural de um povo atendendo a necessidade de pertencimento coletivo.

A noção de coletividade do patrimônio ganhou força logo após a ocorrência da Revolução Francesa quando surgiu a necessidade de elencar alguns monumentos que pudessem lembrar o passado. Preservando principalmente os fatos e os monumentos mais grandiosos, colocando a ideia de patrimônio somente atrelada às questões de evolução, progresso e os feitos heroicos.

No entanto com o passar dos tempos, não somente a noção de progresso foi valorizada e destacada, mas também a ideia de que patrimônio estava intimamente ligado às questões estéticas de valor artístico. Dessa maneira, as formas culturais artísticas que remetam as lembranças de uma identidade das classes menos favorecidas acabaram ficando esquecidas. Sendo necessário um repensar a respeito do que deveria ser eleito como legado de uma sociedade, onde a memória de todos os grupos tivesse valor de forma igualitária.

Para uma organização e preservação de nossos bens culturais foi criado então, o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Num primeiro momento, foi criado como secretaria, sendo mais voltado para as políticas de noções e tradições de forma a evidenciar o passado, ressaltando a ideia de criação dos mitos heroicos do nosso país.

No Brasil, as questões do cuidado com o patrimônio material e imaterial, passaram a ser discutidas com maior ênfase na década de 1980. Neste período, ocorreram inúmeras atividades voltadas para o estímulo de preservação e conhecimento do patrimônio cultural do país. No entanto, muito anterior há esta década, Mario de Andrade, já destacava a importância da preservação do nosso passado, pois somente assim, poderíamos construir a identidade nacional tendo como base o nosso pluriculturalismo. Na fala de Mario de Andrade, citado por Oriá, *...não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização* (ANDRADE, apud ORIA, 2010).

A ideia defendida por Mario de Andrade na década de 1920, ainda é atual e embora alguns avanços já tenham sido alcançados nos diversos seguimentos do patrimônio que trabalham essa prática, ainda há muito a ser desenvolvido, principalmente junto à comunidade escolar. É preciso criar um sentimento de pertencimento na sociedade para que a mesma venha a conhecer, identificar e, principalmente, valorizar os bens culturais e imateriais do nosso país.

É necessário ver o patrimônio de forma ampliada, onde ocorra uma valorização da cultura material e da imaterial, de forma a preservar e valorizar os bens patrimoniais. Ampliando, assim, a ideia de patrimônio,

Quando falamos sobre o Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de patrimônio é bem mais ampla, e incluem vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar as condições de vida, bem como todas as formas de manifestação socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constituiu seu patrimônio.(SOARES,2003,p.46)

Portanto, há uma mudança na noção do que deve ser considerado patrimônio, não somente monumentos e prédios, mas tudo o que for relevante para a valorização da história da sociedade, despertando assim a noção de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio.

Segundo os preceitos de Horta, Grunberg e Monteiro,

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico temporal em que está inserido. Este processo leva ao esforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira compreendida como múltipla e plural (HORTA,1999,p.6)

Portanto, a noção de patrimônio a ser trabalhada leva em consideração às noções mais simples como fatos do nosso cotidiano que se tornam hábitos comuns a toda uma sociedade, que seja pertencente a todas as camadas sociais, de forma a criar um sentimento de memória coletiva. Ou seja,

Todas as modificações feitas na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestações socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo o objeto ou ação que se refere à identidade de uma

sociedade constituiu o seu patrimônio.(GRUMBERG, 2010,p.12)

Com essas mudanças na maneira de eleger o nosso patrimônio os tornamos mais próximos e fáceis de serem percebidos, não ficando distante da realidade da comunidade escolar.

Referências bibliográficas

HORTA, Maria de Lourdes; P.GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico da Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

ORIÁ, Ricardo. *Educação Patrimonial: Conhecer para preservar*. Disponível em www.minc.gov.br. Acesso em 2014

TEIXEIRA, Cláudia e ROCHA, Adriana. A Educação Patrimonial no Ensino de História. *Revista Biblos*, editora FURG,22,(1)199-211, Rio Grande, 2008.

(Assessoria de Educação Patrimonial/SMEd)

Orientação sexual

O diálogo acerca da sexualidade humana ainda é uma prática que provoca polêmicas e controvérsias, uma vez que envolve questões afetivas, comportamentais, papéis esperados e desempenhados em uma sociedade. Instaura regras e normas, estabelecendo modificações no modo pelo qual os sujeitos dão sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e aspirações.

O assunto sobre sexualidade está estampado diariamente no cotidiano dos educandos. Está presente em distintos espaços escolares, excede fronteiras disciplinares e de gênero, permeando diálogos entre meninos e meninas. É tema a ser abordado na sala de aula pelos(as) diferentes professores(as) da escola; é mote de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam festas e recreios. Por estes motivos, a sexualidade foi constituída então, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, em tema transversal. Criados em 1996 pelo Governo Federal, os PCN's têm por objetivo estabelecer uma referência curricular nacional. No Brasil é a primeira vez que oficialmente o tema orientação sexual é inserido no currículo escolar

nacional. Os programas de orientação sexual devem ser estabelecidos, de acordo com os PCN's em torno de três eixos norteadores: "Corpo: matriz da sexualidade", "Relações de gênero" e "Prevenção de doenças sexualmente transmissíveis/AIDS".

A fim de atingir os objetivos propostos pelos PCNs, o tema transversal da orientação sexual deve impregnar todo o contexto educativo do Ensino Fundamental e ser tratado por várias áreas do conhecimento. Eles devem ser desenvolvidos, ao longo de todos os ciclos de escolarização, de duas formas: dentro da programação, através de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo e como extraprogramação, sempre que surgirem demandas relacionadas ao tema.

Propõe-se que a Orientação Sexual apresentada pela escola aborde as repercussões de todas as mensagens transmitidas pelos meios de comunicação, pela família e pela sociedade informando e discutindo os distintos tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes no mundo atual com as crianças e os adolescentes, ou seja, busca-se preencher lacunas nos subsídios que o(a) estudante já tem e, principalmente, criar possibilidades de formar opinião a respeito do que lhe está sendo mostrado.

Para um bom trabalho de Orientação Sexual, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre estudantes e professor(a). Para isso, o docente deve se mostrar disponível para dialogar a respeito dos assuntos apresentados, não emitindo juízo de valor sobre as colocações realizadas pelos(as) estudantes, respondendo os questionamentos de forma direta e esclarecedora, buscando sanar suas dúvidas para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual. As informações devem ser corretas do ponto de vista científico.

A postura do(a) professor(a) na condução desse trabalho é essencial para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada estudante e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos.

Concluindo, é de extrema relevância a preparação do(a) professor(a) voltada para este tema transversal. Para isso, indicam-se programas de sensibilização, conscientização e formação teórico-vivencial a partir dos PCN (MEC, 1997), a fim de alavancar discussões, reflexões e aprofundamentos sobre sexualidade e orientação sexual.

Referências bibliográficas

ALTMANN, HELENA. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Rev. Estud. Fem.*, 2001, vol.9, no.2, p.575-585. ISSN 0104-026X

SCIELO. <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 18/12/2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MECSEF, 1998.

BUSQUETS, Maria Dolores. *Temas transversais em educação*. São Paulo: Ática, 1999.

SUPLICY, M. *Sexo se aprende na escola*. São Paulo: Olho d'água, 1995.

Revista Construir notícias – nº 25- dezembro/2005.

PORTAL DO MEC. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>

(Assessoria de Diversidade e Inclusão/SMEd)